



PROLETÁRIOS
DE TODOS
OS PAÍSES
UNI-VOS

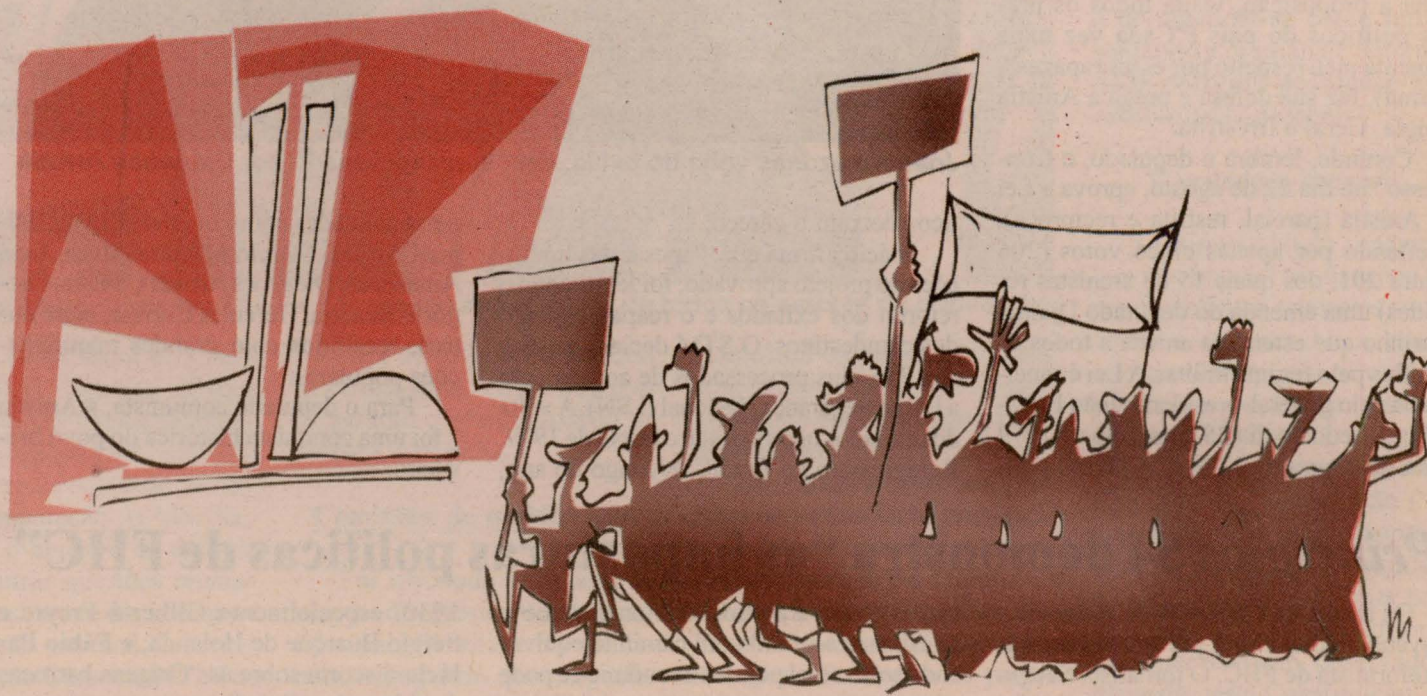
A CLASSE OPERÁRIA

O Brasil em marcha contra FHC!

A efervescência política deste início de semestre indica que cresce a insatisfação popular com o governo Fernando Henrique e se ampliam as divergências em sua base política. Manifestações populares e de diversas categorias crescem, indicando que a Marcha a Brasília, do dia 26 de agosto, poderá se transformar num acontecimento de grande importância.

A adesão popular ao abaixo-assinado contra FHC ganha destaque na conjuntura política. O documento será entregue ao Congresso dia 26, quando "estarão apenas começando os problemas para FHC", conforme afirmou Lula em entrevista coletiva da Frente de Oposição Democrática e Popular, dia 17 de agosto.

Página 3



Política da miséria, miséria da política

FHC assumiu em 94 como redentor dos pobres. Miséria era palavra proibida nas fileiras do governo. Era coisa do passado. Usaram o pãozinho e o iogurte para provar as palavras do presidente. O frango e a dentadura foram elevados a novos símbolos nacionais comprovando o fim da miséria. Agora é a vez do senador ACM posar de "amigo dos pobres".

Mas a demagogia, o cinismo e o falso heroísmo da classe dominante e do seu governo não são capazes de resolver a questão da miséria das massas. Tampouco o modelo neoliberal demonstrou condições de minimizá-la. As tendências de superexploração e concentração fazem parte do sistema capitalista.

Páginas 6 e 7

PCdoB na TV dia 2 de setembro

Fernando Henrique tentou impedir, mas não conseguiu: a Justiça determinou que o PCdoB irá mesmo ao ar em programa nacional de rádio (20h) e TV (20h30), no próximo dia 2. O programa enfatizará as críticas ao governo neoliberal de FHC e denunciará os objetivos an-

tidemocráticos por trás da proposta de reforma política pretendida pelo Planalto.

A ação de FHC e do PSDB contra o programa dos comunistas foi derrotada na Justiça.

Página 3



Reunião dos comunistas do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre

Conferências dão força aos comunistas

Mais de 20 mil comunistas se reuniram em todo país para discutir a conjuntura nacional e local, temas ligados à organização do Partido e as eleições do ano 2000, nas Conferências do PCdoB.

A participação da militância no processo aumentou de 8,12% em relação a 1997. Como afirmou João Amazonas na abertura da Conferência de São

Paulo, "nosso Partido revela, numa Conferência como esta, o seu caráter de Partido revolucionário e, ao mesmo tempo, democrático".

Em várias cidades os comunistas decidiram apresentar candidatos próprios para as prefeituras, com destaque para as capitais do Amazonas e do Ceará.

Páginas 4 e 5

A censura nos cinemas do Brasil

Milhares de processos registram a passagem de filmes brasileiros e estrangeiros pela Censura Federal, principalmente durante a ditadura militar de 1964-85. O jornalista Inimá Simões pesquisou e registrou o assunto no livro *Roteiro da Intolerância: a censura cinematográfica no Brasil*. Embora centre a obra no cinema, o autor não se contém e, vez por outra, cita episódios de censura contra outras modalidades de arte e comunicação.

A ação da censura contra os comunistas e os democratas é marcante, não só no Brasil. Segundo Inimá, *O encouraçado Potemkin*, de Serguei Eisenstein, é um dos filmes mais censurados do mundo.



Othon Bastos em São Bernardo

CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

Última página

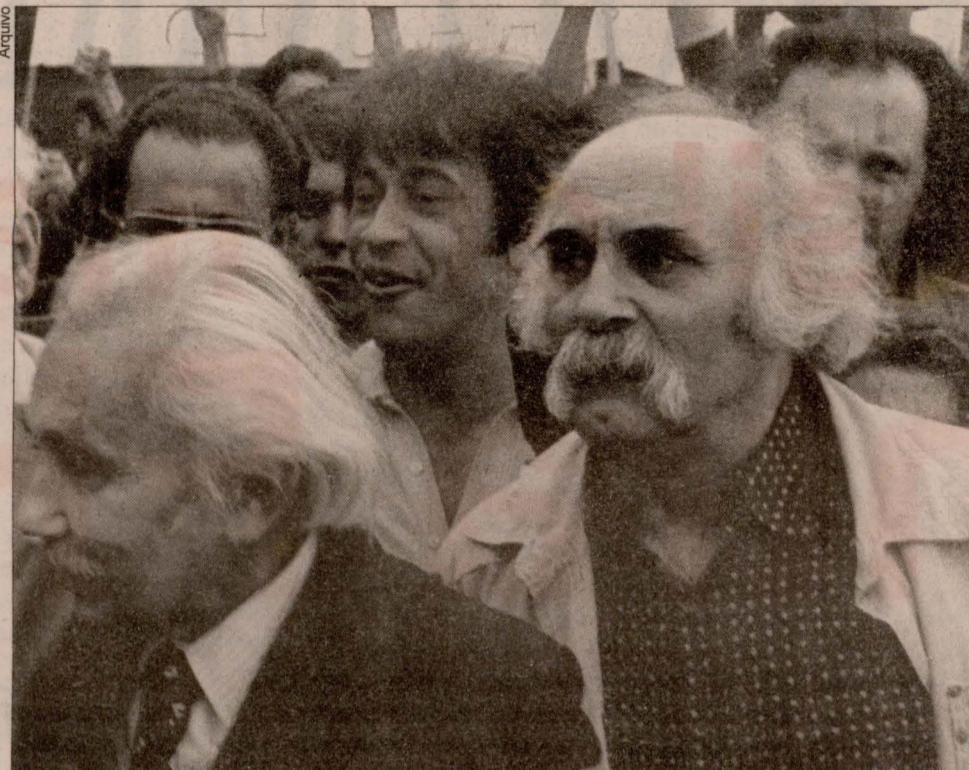
NACIONAL

Câmara festeja 20 anos da Anistia

A Câmara dos Deputados registrou em Sessão Solene os 20 anos da Anistia, aprovada pelo Congresso Nacional em agosto de 1979. Na Justificativa do requerimento para a Sessão, o deputado Inácio Arruda (PCdoB-CE) afirma:

“Transcorria o ano de 1979. O movimento pela Anistia ganhava corpo na sociedade, *pari passu* à crescente indignação dos brasileiros com a permanência do regime de exceção inaugurado em 1964. No dia 27 de junho de 1979 este ambiente social leva o regime militar a encaminhar ao Congresso um anteprojeto de anistia limitada, recebido com a condenação do seu teor pela OAB e por uma greve de fome de 15 presos políticos. O senador Teotônio Vilela, dissidente da Arena e presidente da Comissão Mista do Congresso Nacional, que examina a proposição, visita todos os presos políticos do país (“Cada vez mais aumenta meu respeito por esses rapazes”, afirma), faz sua defesa e prega a Anistia Ampla, Geral e Irrestrita.”

Contudo, lembra o deputado, o Congresso “no dia 22 de agosto, aprova a Lei de Anistia (parcial, restrita e recíproca), rejeitando por apenas cinco votos (206 contra 201, dos quais 15 de arenistas rebeldes) uma emenda do deputado Djalma Marinho que estende a anistia a todos os punidos pelo regime militar. A Lei é sancionada pelo general-presidente João Batista Figueiredo no dia 28 de agosto de 1979 e, no dia seguinte, 12 dos 54 presos polí-



João Amazonas volta do exílio, em 79, recepcionado por Diógenes Arruda

ticos deixam o cárcere.”

Inácio afirma que, “apesar das limitações do projeto aprovado, foi legitimado o retorno dos exilados e o reaparecimento dos clandestinos. O STM declara anistiados 316 réus processados de acordo com a Lei de Segurança Nacional (LSN). A volta dos exilados ocorre desde o início de 1979. Reingressam no Brasil, ao longo do ano,

personalidades como Leonel Brizola, Miguel Arraes, Márcio Moreira Alves, João Amazonas, Diógenes Arruda Câmara, Gregório Bezerra, Hércules Correia, entre outros, recebidos com grandes manifestações populares.”

Para o deputado comunista, a Anistia “foi uma conquista histórica do povo brasileiro.”

Princípios 54 demonstra “as imposturas políticas de FHC”

Os textos da edição 54 de *Princípios* desvendam o que está por trás da máscara reformista de FHC. O jornalista Sérgio Buarque de Gusmão mostra que, se for acesa a luz cinzenta da reforma política, haverá um ‘apagão’ na democracia. O presidente do *senior board* de Ciências Sociais da UNESCO, Candido Mendes, e os professores-pesquisadores do IUPERJ, Nelson Werneck Vianna, Jairo Nicolau e Wanderley Guilherme dos Santos, expõem uma série de argumentos contra as pretensões de FHC – condenam em especial a tentativa de restrição do atual quadro partidário e o perigo da chamada cláusula de barreira. O economista e ex-mi-

nistro Celso Furtado demonstra que o Brasil está seguindo um caminho equivocado sob a atual política econômica e pode entregar aos organismos internacionais o controle de sua moeda.

Princípios 54 traz artigo do professor Luis Fernandes sobre “Marxismo, política e emancipação”. Augusto Buonicore escreve sobre “Marx e Engels e a Revolução Alemã de 1848”. A autonomia universitária é analisada pelo professor da UFBA João Augusto de Lima Rocha.

Dando continuidade à pauta dos *500 anos do Brasil*, José Carlos Ruy expõe os autores do período do movimento de

1930, especialmente Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda; e Fábio Palácio discorre sobre as “Origens barrocas da cultura brasileira”.

A revista aborda ainda temas referentes à *questão urbana*, com artigo do coordenador da pós-graduação em direitos sociais da UERJ, Miguel Baldez, que fundamenta o direito à moradia e a legitimidade da luta pela terra urbana a partir da Constituição de 1988.

Princípios pode ser solicitada à Editora Anita Garibaldi, rua Monsenhor Passalacqua, 158, Bela Vista, São Paulo, SP, CEP 01323-010, telefone/fax 0 11 289 1331, e-mail livraria@anitagaribaldi.com.br.

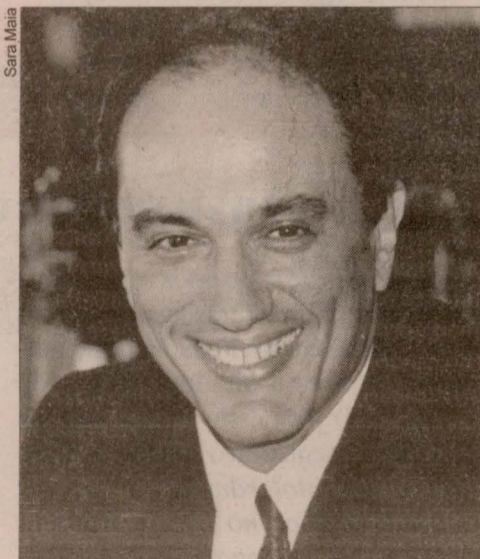
Trabalho e emprego para a juventude

JAVIERALFAYA*

Encaminhei à Câmara Municipal um projeto de lei que prevê incentivo fiscal para as empresas que admitirem jovens que nunca tenham sido anteriormente contratados. A proposta leva em conta a realidade do mercado de trabalho da Região Metropolitana de Salvador (RMS) – alarmante em todos os sentidos – principalmente no que tange à juventude. A falta de perspectiva de realização profissional só faz crescer o ânimo à atividade ilícita, à apatia e desagregação familiar.

Segundo o IBGE, a taxa de desemprego aberto na RMS em 1998 ficou em 7,59%, o maior percentual dos últimos 15 anos. Ainda em relação àquele ano, o órgão aponta Salvador com maior taxa de desempregados: 8,39% da População Economicamente Ativa (PEA). É bom lembrar que o IBGE usa uma metodologia altamente questionável, pois não considera desempregados os cidadãos que trabalharam simplesmente uma hora na última semana.

Já a pesquisa do DIEESE revela que o índice de desemprego em nossa região metropolitana continua o mais alto em todo o país, com 26% da PEA e a faixa



Javier: em defesa do 1º emprego

etária entre 17 e 24 anos é a mais atingida pelo problema, com índices variando entre 35% e 45%. Ao sair da escola, mesmo que tenha tido a melhor formação, os cidadãos jovens penam ante a dura realidade de não encontrar uma colocação no mercado profissional.

Disposto a amenizar essa situação, o governo do Maranhão, por exemplo, lançou o projeto Primeiro Emprego em par-

ceria com o Sistema Nacional de Empregos (SINE) e entidades empresariais, tendo como meta criar 28 mil novos empregos até o final deste ano.

Nossa proposta faz variar o incentivo (abatimento do Imposto Sobre Serviço) de 1%, para as empresas que tenham menos de 50 empregados, até 2,5% para as de mais de 200 empregados. Essa iniciativa, ainda que modesta, representa um esforço de nosso Partido para concretamente apresentar alternativas a uma política de manutenção e geração de empregos, não deixando de levar em conta as razões estruturais que determinam a grave crise global em torno do emprego.

É, também, um reforço a outras iniciativas, de conteúdo semelhante, apresentadas na Assembléia do Estado e na Câmara dos Deputados.

* líder do PC do B na Câmara de Salvador.

Selo homenageia o Manifesto Comunista

A cerimônia de lançamento do carimbo comemorativo dos Correios, que registrará o Sesquicentenário do *Manifesto Comunista* de 1848, acontecerá em Brasília, dia 25 de agosto, às 18 horas, no Salão Nobre do Congresso Nacional. O carimbo – de autoria do artista plástico Elifas Andreato – resultou de um Projeto de Indicação subscrito pelo deputado federal Inácio Arruda (PCdoB-CE) em 1998. O carimbo será utilizado pela agência de Correios da Câmara dos Deputados.

Um pronunciamento – na abertura da cerimônia – sobre o significado histórico e a importância do *Manifesto* na atualidade, será realizado por um membro do Comitê Central do PCdoB. Haverá também uma exposição histórica de fotos, documentos, publicações relacionadas com Marx, Engels e o movimento comunista.

Seminário de advogados classistas

Será realizado, de 8 a 10 de outubro, em Salvador, o Seminário Nacional do Opinio Iuris Instituto de Pesquisas Jurídicas. O Opinio Iuris (opinião de direito, em latim), surgiu da iniciativa de advogados ligados à Corrente Sindical Classista, com o objetivo de criar uma corrente entre advogados, juizes, procuradores, juristas e estudantes para estimular o debate do direito através de uma visão progressista, democrática e marxista. Também é objetivo oferecer ao movimento sindical e popular subsídios teóricos acerca de questões jurídicas e participar de atividades favoráveis aos interesses populares, da democracia e da soberania nacional.

O Instituto já vem contribuindo para o debate de questões polêmicas e relevantes, como a Reforma do Poder Judiciário (foi promovida uma mesa-redonda em São Paulo, com a participação de Aldo Rebelo, deputado federal, e Nivaldo Santana, estadual, do PCdoB/SP; Wagner Gomes, coordenador nacional da CSC e da executiva da CUT; João Batista da coordenação da CSC e Sérgio Barroso da CUT nacional). Foi elaborado um documento sobre a discussão.

O Seminário de Salvador debaterá a Reforma do Poder Judiciário, Extinção da Justiça do Trabalho e Reforma Política. Participarão como debatedores, dentre outros: Dalmo de Abreu Dallari, professor da USP; Floriano Vaz da Silva, presidente do TRT de São Paulo; Arx Tourinho, procurador da República; Aldo Rebelo, deputado federal. Também será discutido o papel dos operadores de direito, com exposição de Renato Rabelo, vice-presidente do PCdoB, e Loreta Valadares, advogada e professora da UFBA.

Aperfeiçoar A Classe

A Classe Operária elaborou um questionário para saber a opinião de seus leitores à respeito do jornal. Os questionários foram distribuídos nos Estados que realizaram Conferências entre 30 de julho e 1º de agosto (MA, AM, SE, SP, AP, CE, DF, MG, PB, PR, RJ, RO, RS). O resultado está sendo avaliado pela equipe do jornal e será divulgado em breve. A opinião dos leitores servirá para identificar as mudanças necessárias ao jornal e adequá-lo melhor às necessidades de informação e formação dos militantes do PCdoB.

Todos os Estados devem enviar os questionários, mais rápido possível, para A Classe Operária.

EXPEDIENTE

Diretor é Jornalista Responsável: João Amazonas - Edição: Carlos Pompe (Mtb 249/01/128/AL), Guiomar Prates (Mtb 765/18/104/V), Pedro de Oliveira (Mtb 9.818 - SP) Edição em HTML: Gabriela Mendonça. Editoração Eletrônica: Sandra Luiz Alves. Administração: Francylrose de Andrade Matarazzo. Publicação mensal da Empresa Jornalística e Cultural Operária, Rua 13 de Maio, 33 - Vila Operária - Salvador - Bahia - CEP 41100-000 - Fone: 011 3108 0412 - PCdoB na Internet: <http://www.pcdo.org.br> - E-mail: classeop@uralep.com.br

Centro de Documentação e Memória Fundação Maurício Grãbols

NACIONAL

Cresce a mobilização para a marcha a Brasília

ALDO ARANTES

A efervescência política deste início de semestre indicam que cresce a insatisfação popular com o governo Fernando Henrique e se ampliam as divergências em sua base política. As pesquisas confirmam a continuidade da queda de seu prestígio. Manifestações populares e de outras categorias crescem, indicando que a Marcha a Brasília, do dia 26 de agosto, poderá se transformar num acontecimento de grande importância na conjuntura atual.

A manifestação dos caminhoneiros é expressão direta das consequências da crise sobre este segmento. Aumento dos combustíveis, estradas esburacadas por falta de investimento, cobrança abusiva de pedágios, fruto do processo de privatização de inúmeras rodovias e congelamento dos preços de transportes.

Pelo fim do governo FHC

A greve dos trabalhadores da Ford é outra manifestação importante contra a política econômica do governo federal, que está conduzindo ao desemprego grandes contingentes de trabalhadores.

Os estudantes universitários, em Congresso realizado em Belo Horizonte, reafirmaram a luta pelo fim do governo Fernando Henrique e decidiram se incorporar ao processo de coleta de assinaturas para a abertura do processo de crime de responsabilidade contra o presidente e a participação ativa na Marcha a Brasília.

No dia 16 de agosto foi realizada uma grande manifestação de produtores rurais contra a política econômica do governo para o setor agrícola.

O Fórum Nacional de Luta por Trabalho, Terra e Cidadania, com a participação das entidades mais representativas do mo-



Coleta de assinaturas em São Paulo: adesão entusiástica de todos os setores da população

vimento social, entre as quais a CUT, MST, Contag, UNE e UBES estão firmemente empenhadas e jogando papel decisivo no processo de coleta de assinaturas e preparação da Marcha.

Com o objetivo de discutir estas e outras questões reuniu-se, em Brasília, no dia 5 de agosto, a direção nacional da Frente de Oposição Democrática e Popular. Estiveram presentes os presidentes do PT, José Dirceu; do PSB, Miguel Arraes; do PCdoB, João Amazonas; do PCB, Zuleide Faria; e o deputado Vivaldo Barboza, representando o PDT, além de inúmeros outros membros destes partidos.

A reunião avaliou que há um nível de mobilização inicial bom, com a previsão da ida de 2 mil ônibus a Brasília e a possibilidade de ultrapassar a meta de 1 milhão de assinaturas. Todavia viu-se que as assinaturas estão dispersas e que é necessário ampliar o grau de mobilização. Tomou-se a decisão de ampliar os esforços de mobilização de todos os partidos da

Frente e de todas as entidades, nesta reta final, com o objetivo de garantir o completo êxito da Marcha a Brasília.

Comissão de mobilização

Foi aprovado um plano de viagens dos presidentes dos partidos para Brasília e Rio de Janeiro e sugerido que os parlamentares dos partidos da Frente organizassem visitas a outras cidades mais próximas de Brasília e de maior importância política. Tais viagens terão por objetivo divulgar pela imprensa local o abaixo-assinado e a Marcha, além de participar de eventos, tipo caminhada pelo centro da cidade com o objetivo de estimular o processo de mobilização.

Foi indicada a formação de uma comissão de mobilização para o ato, bem como sugerido que as bancadas dos diversos partidos reúnam seus senadores e deputados para programar a melhor integração dos parlamentares no processo de mobilização. Outra decisão foi a de

centralizar os abaixo-assinados com as direções partidárias para garantir o êxito na entrega das assinaturas.

Os parlamentares dos partidos da Frente farão pronunciamentos na Câmara sobre o abaixo-assinado e a Marcha. O mesmo deve ser feito pelos parlamentares estaduais e vereadores. Uma Comissão de parlamentares elaborará uma agenda de viagens. Parlamentares e lideranças regionais realizarão visitas a algumas das principais cidades de cada Estado.

Movimento cívico

O êxito do abaixo-assinado e da Marcha de Brasília é de fundamental importância para a criação de um grande Movimento em Defesa do Brasil, da Democracia e do Trabalho. Cada um de nós está chamado a dar sua contribuição para o êxito deste movimento. É o futuro do Brasil que está em jogo.

Secretário da Frente de Oposição Democrática e Popular

TSE garante programa de TV do PCdoB

O ministro Eduardo Ribeiro, corregedor geral da Justiça Eleitoral, divulgou decisão, dia 21 de julho, em que considera que o programa de rádio e TV do PCdoB não caracterizou ofensa pessoal ao presidente Fernando Henrique Cardoso conforme alegou o PSDB em representação junto ao TSE tentando impedir a veiculação de propaganda dos comunistas. Segundo o ministro, a crítica do PCdoB ao governo de Fernando Henrique "pode ser tida como pesada, mas não contém ofensa à honra. A assertiva de que o sr. presidente da República estaria entregando o país é de entender-se como representando a opinião de determinada corrente política e não como ofensa pessoal."

É vedada a censura

O ministro ainda considera que não houve "propaganda de meios violentos, tendentes a subverter a ordem pública, que a isso não corresponde, obviamente, a convocação para assinar pedido de renúncia".

A sentença menciona o artigo 220 da Constituição ("A manifestação do pensamento, a criação, a expressão e a informação, sob qualquer forma, processo ou veículo não sofrerão qualquer restrição, observado o disposto nesta Constituição") e seu § 2º ("É vedada toda e qualquer censura de natureza política, ideológica e artística").

O corregedor-geral da Justiça Eleitoral afirma que pode-se "eventualmente, discordar das mensagens difundidas nas inserções e alguns as terão como inconvenientes ou inoportunas. Não realizam, entretanto, qualquer das hipóteses em que autoriza a Justiça Eleitoral a intervir na forma pretendida" (suspensão das transmissões dos programas do PCdoB).

Novo programa

Eduardo Ribeiro não vislumbrou "nas inserções, ofensa à honra do presidente da República, nem outra capaz de levar ao deferimento liminar de determinação de que se abstenha o representado de reproduzir o que ali se contém".

O programa de 10 minutos do PCdoB, exibido às 20h30 do dia 8 de julho em cadeia nacional de TV, será examinado pelo plenário do Tribunal Superior Eleitoral, em data ainda não agendada.

A direção do PCdoB prepara novo programa para ser exibido em rede nacional em 2 de setembro. Nele serão reafirmadas as críticas à orientação neoliberal imposta ao país pelo governo de Fernando Henrique Cardoso. Qualquer problema no recebimento da mensagem, ligue para 0 11 232-1622 ou para e-mail: pcdobcc@uol.com.br

FHC faz pauta em queda livre

Na retomada dos trabalhos no Congresso Nacional, o governo Fernando Henrique optou por uma pauta legislativa voltada para o ajuste fiscal e seu acerto de contas com o FMI; e pela conclusão das reformas administrativa e previdenciária, também de interesse dos agiotas internacionais. FH investe também contra a unicidade sindical e conspira para aprovar a reforma política, com ênfase no fim das coligações partidárias, até o dia 2 de outubro. Mas as crises cada vez maiores e mais sucessivas podem mudar a pauta.

Cada pesquisa divulgada mostra uma queda maior de popularidade do presidente. Na última, 59 entre 100 brasi-

leiros consideram seu governo péssimo ou ruim e sua aceitação cai para os 12%. Isto facilitou a inserção da pobreza na pauta do Congresso, por inspiração do senador ACM. Uma Comissão Mista para tratar do tema foi instalada. O Bloco PSB/PCdoB será representado pelos deputados Luíza Erundina (efetiva) e Haroldo Lima (suplente). A presidência é do PMDB (senador Maguito Vilela); a vice-presidência é do PT (senadora Marina Silva), responderá pela vice-presidência e a relatoria o PFL (deputado Roberto Brant).

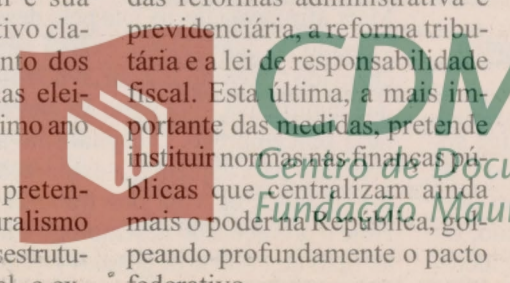
A crítica situação do projeto conservador fez com que os líderes dos grandes partidos se

reuniram para reativar a tramitação dos projetos relativos à reforma política (proibição de coligações proporcionais, antecipação da aplicação da cláusula de barreira de 5% dos votos para a garantia de funcionamento parlamentar dos partidos políticos, voto facultativo, entre outros). Tais projetos estão na Comissão de Justiça e Cidadania do Senado Federal e sua aprovação tem um objetivo claro: impedir o crescimento dos partidos de esquerda nas eleições municipais do próximo ano e em 2002.

Os conservadores pretendem ainda aprovar o pluralismo sindical, pretendendo desestruturar o movimento sindical, e ex-

tinguir o poder normativo da Justiça do Trabalho. Está nos planos do governo a tramitação de uma nova proposta de flexibilização dos direitos trabalhistas.

O governo estabelece pressa para tramitação das proposições que repercutem mais diretamente no ajuste fiscal articulado com o FMI, incluindo-se aí as votações complementares das reformas administrativa e previdenciária, a reforma tributária e a lei de responsabilidade fiscal. Esta última, a mais importante das medidas, pretende instituir normas nas finanças públicas que centralizam ainda mais o poder na República, golpeando profundamente o pacto federativo.



PCdoB

Mais de 20 mil comunistas participaram das conferências do PCdoB

Desde o dia 19 de junho, com a Conferência de Goiás, o processo de Conferências Estaduais do PCdoB está sendo realizado em todo o Brasil, com exceção do Estado do Tocantins, que está sem direção estadual e não realizará Conferência. O processo ainda continua no Mato Grosso no dia 5 de setembro e no Acre nos dias 4 e 5 de setembro. Todas as 24 Conferências Estaduais contaram com a presença de um membro do Comitê Central ou de um representante da direção nacional.

Até o momento, foram 773 dirigentes estaduais eleitos nas Conferências (titulares e suplentes). O Comitê Central nomeou direções de 4 Estados, por não terem atingido os percentuais determinados pelo Estatuto - Amapá, Mato Grosso do Sul, Paraná e Rondônia. Os outros 22 Estados possuem status partidário definitivo.

Em 1997, foram eleitas as direções estaduais para um mandato de 2 anos, e 19.654 militantes se envolveram no processo, em 742 municípios. Vale lembrar

que nesse ano ocorreu o 9º Congresso do Partido, momento em que a participação do conjunto da militância é tradicionalmente maior. Em 1999, até agora, registrou-se a participação de 21.236 camaradas nas Conferências, um crescimento de 8,12%. Foram realizadas conferências em 652 municípios (uma diminuição de 12,12% em relação ao total de 1997).

Em relação ao número de militantes mobilizados, destaca-se o crescimento em relação a 1997 em 11 Estados, com per-

centuais que variaram de 3,37% até 137,44% (AP, GO, RJ, MS, MA, SP, AM, BA, PI, PE e RS). Tiveram uma diminuição em relação ao mesmo período, 12 Estados, com índices que variaram de 1,68% até 58,06% (MG, PR, CE, AL, PA, ES, RN, SE, DF, PB, SC e RR). Em torno de 200 municípios com presença partidária (não cartorial) não realizaram Conferências. Até dezembro devem ser realizadas conferências nessas localidades, elegendo direções municipais.

Amazonas destaca a luta revolucionária do PCdoB

Na abertura da Conferência Estadual do PCdoB de São Paulo, o presidente nacional do Partido, João Amazonas, destacou os elementos que constituem o conteúdo da luta revolucionária no Brasil de hoje. A conferência paulista reuniu 4.846 filiados, em 117 municípios. Foram realizadas 367 reuniões de Organismos de Base, elegendo 327 delegados para a Conferência Estadual.

Na abertura da Conferência, realizada na Câmara dos Vereadores de São Paulo, foi feita uma homenagem a militantes e amigos do Partido, que deram boa parte de suas vidas à luta pela emancipação do povo brasileiro. Pessoas que continuam presentes e que servem de exemplo de luta e de dedicação.

Os homenageados foram: Aurora Hernandez Mazzo, Benedito dos Santos, Bráulio Mendes Nogueira, Clóvis Moura, Edgard Carone, Eduardo Sucupira Filho, Hindenburg Bueno dos Santos, João Fernandes, Odilon Queiroz Dreger, Paula Beíquelman, Pedro Oliveira e Pedro Oliver.

O presidente do PCdoB, João Amazonas, discursou sobre a importância do processo de Conferências do Partido e sobre a situação brasileira e a importância do combate ao capitalismo. A seguir, o seu discurso:

“É com emoção que participo da abertura dos trabalhos da Conferência Estadual do Partido Comunista do Brasil em São Paulo. Nosso Partido revela, numa Conferência com esta, o seu caráter de Partido revolucionário e ao mesmo tempo democrático. Cerca de 5 mil militantes discutiram as questões que se relacionam à orientação nacional do PCdoB.

Aqui vão se discutir nossas deficiências e erros e vão se destacar as experiências positivas, adquiridas nestes 2 anos de atividade do Partido em São Paulo. Nosso Partido é democrático mesmo.

A Conferência se realiza num momento importante na vida do nosso país. Atravessamos um situação dolorosa em que a cada dia aumenta a faixa de desemprego e a situação é cada vez mais difícil para aqueles que vivem da venda da sua força de trabalho.

Ainda agora duas grandes empresas de serviços no Brasil, o Mappin e as Lojas Brasileiras encerraram as suas atividades. Isso significa mais 10 mil desempregados em São Paulo.

Subsídios ao capital estrangeiro

O capital estrangeiro que aqui chega, como no caso da Ford, já não exige somente a exploração do baixo salário e de matérias-primas baratas, mas agora quer também receber subsídios do Estado, dinheiro do povo para aumentar os lucros gigantescos dos grandes monopólios internacionais.

É hora de pôr em tensão as nossas forças e empregar ao máximo a inteligência e a combatividade para resistir à situação atual e abrir caminhos novos ao nosso povo.

Estão colocados na ordem do dia problemas importantes, como a questão de defesa da soberania nacional. O nosso Partido tem como princípio o internacionalismo proletário, mas isso não está em contradição com a defesa da soberania do nosso país. Nós somos brasileiros, construímos a vida neste local.

A luta em defesa da soberania nacional tem conteúdo revolucionário porque quem ameaça a soberania do nosso país é o grande capital financeiro internacional, são as transnacionais, o imperialismo. Por isso a defesa da soberania nacional, defesa do Brasil, é uma tarefa revolucionária. Não é uma tarefa nacionalista propriamente dita. Nas condições em que ela se realiza, é uma luta aberta contra a dominação do grande capital monopolista internacional.

Pressões contra a liberdade

Essa luta nos apresenta também o problema de defesa da democracia. O capitalismo, quando acentua sua exploração no campo social e no campo nacional necessita arrochar os regimes democráticos existentes. O problema da democracia está em jogo.

Em nosso país a liberdade existiu muito precariamente. Quase sempre quando a gente conquista um pouco mais de liberdade, aparecem os arautos da repressão, da escravidão mental, exigindo que cessem as liberdades públicas. E o capitalismo mundial, hoje, não pode de nenhuma forma conseguir seus objetivos se não esmagando a liberdade e a democracia em cada país. A defesa da democracia não é simplesmente uma luta institucional. Ela é uma luta de conteúdo revolucionário porque tem em vista impedir que as forças da reação se imponham para calar a voz do povo, que vive oprimido e quer conquistar plena liberdade para sua existência e para o seu desenvolvimento.

A luta contra o neoliberalismo se apresenta também hoje com o aspecto da luta em defesa do trabalho. E essa é a questão mais dramática que nós presenciamos no mundo de hoje.

Desde que o capitalismo existe, a luta pelo trabalho sempre foi uma constante. Marx afirmava que, na luta pelo desenvolvimento do capitalismo, existia sempre o chamado “exército industrial de reserva”, que significava uma parte da classe operária sem emprego. O capitalismo jogava com isso para aumentar a exploração e as dificuldades na vida dos trabalhadores. Hoje o problema do desemprego é mundial. Mais de 1 bilhão de pessoas vivem numa situação de pobreza, de enormes dificuldades para existência. Quanto mais o ca-



Conferência em São Paulo: quase 5 mil comunistas reunidos

pitalismo avança, quanto mais progride a tecnologia, ao contrário de significar o bem-estar para o povo e a diminuição da jornada de trabalho, significa a monopolização crescente das riquezas produzidas e a criação dessa massa gigantesca de trabalhadores no desemprego.

Luta em defesa do trabalho

A luta pelo trabalho tem hoje um caráter revolucionário, companheiros, porque só se consegue trabalho com desenvolvimento e só se consegue desenvolvimento lutando contra essas políticas neoliberais que sacrificam as grandes massas do nosso povo.

Estão colocados os problemas de soberania nacional, da democracia e do trabalho como tarefas que têm um sentido muito profundo. Exigem a mobilização intensa dos trabalhadores, do povo, em toda parte. Essa batalha a gente não vence simplesmente com gestos inofensivos. Essa é uma grande batalha histórica que exige a resistência dos povos, que exige a luta decidida, companheiros, em todos os terrenos em que a gente possa fazer valer os nossos direitos.

Lutando pela soberania nacional, lutando pela democracia, lutando pelo trabalho, tarefas que, eu insisto, tem hoje caráter revolucionário, estaremos abordando o nosso objetivo maior, o nosso objetivo estratégico: luta contra o capitalismo! O capitalismo vive um momento agonizante. Essa agonia não quer dizer incapacidade de repressão. Ao contrário, o capitalismo fabrica bombas atômicas, bombas de nêutrons... e bombardeia cidades onde bem entende.

É preciso acabar - não somente com um aspecto da luta - com a exploração e a opressão capitalista. Porque a verdadeira luta é pelo socialismo, companheiros. É o socialismo que começa a ficar na ordem do dia.

São os povos do mundo inteiro que não

têm outra solução. É preciso criar novas formas de organização da sociedade. E isso deve ser criado com a gente conquistando de fato o poder, o poder do povo, o poder dos trabalhadores. Temos de organizar a vida com outros rumos. Uma sociedade em que o sol se levante para iluminar a consciência e a vida de todos os que habitam o planeta. Uma vida de progresso, uma vida de cultura, uma vida de bem-estar. Já existem condições reais para elevar imensamente o nível de vida do povo em todos os quadrantes do planeta.

Uma reunião como esta parece ser uma reunião modesta, limitada à esfera de organização dos comunistas em São Paulo. Mas, nas condições atuais, reuniões como esta têm importância imensa, porque é a luta para tentar organizar as nossas forças. Não tenhamos ilusão: o grande Partido da esperança, o grande Partido do socialismo, o grande partido da cultura e do bem-estar do povo chama-se Partido Comunista.

É necessário organizar a unidade com todas as outras forças. Nem todo mundo alcança de imediato o caminho traçado pelo Partido Comunista; nem todo mundo se dá conta de que é preciso engrossar e afirmar as fileiras do Partido. Há muitos outros partidos, há muitas outras forças sociais que precisam ser mobilizadas, que precisam ser organizadas, para que esta batalha não seja uma batalha somente nossa, mas uma batalha dos povos do mundo.

Nessa batalha da libertação, nós temos de cumprir com nosso dever histórico, e nosso dever histórico é esse, nós estamos atuando numa parte da sociedade, num Estado, no nosso país; mas isso tem seu significado, porque, se esta luta se repete em todos os quadrantes do Brasil e se se multiplica no mundo inteiro; então as nossas forças, capazes de conquistar a liberdade, de conquistar o trabalho, de conquistar a cultura, de conquistar a vida nova, com a vitória inevitável do socialismo científico.”

Alexandre Machado

PCdoB

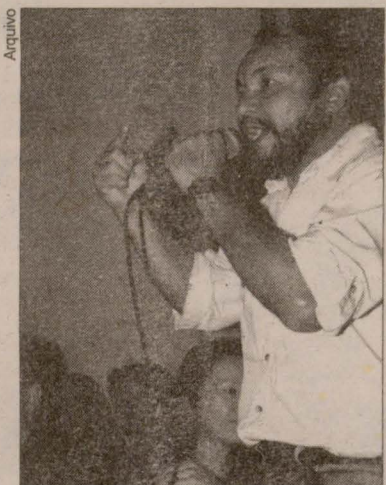
Partido cresce e quer Eron Bezerra para prefeito de Manaus

O PCdoB/AM definiu o nome do deputado Eron Bezerra como candidato à Prefeitura de Manaus e quer ter como parceiros prioritários o PT, PDT, PV, PSB, PMN, PSTU e PPS. Essa foi uma das decisões aprovadas pela 9ª Conferência Estadual do PCdoB do Amazonas.

A Conferência registrou o crescimento do PCdoB no Amazonas e o enraizamento do Partido na sociedade, não apenas em Manaus, mas em praticamente todo o estado. O Partido aumentou sua influência em segmentos da cultura tradicional como os povos indígenas e a organização do PCdoB em pontos extremos do Estado.

A Conferência foi a maior já realizada pelo PCdoB no Amazonas e, como explica o presidente, deputado estadual Eron Bezerra, reflete o grau de influência dos comunistas e o fato do Partido ter a maior representatividade eleitoral da oposição no Estado.

Para a candidatura à prefeitura de Manaus, a formação de uma frente de esquerda represen-



Eron: candidatura lançada

ta uma mudança na tática eleitoral dos comunistas, que historicamente têm investido na formação de frentes amplas como forma de enfrentar os grupos políticos dominantes. Essa decisão do PCdoB teve repercussão positiva em Manaus, uma cidade que, em cada eleição, registra seu apoio à oposição e mais especificamente ao bloco de partidos com perfil de centro-esquerda.

A apresentação do nome do PCdoB contribuiu para antecipar as discussões sobre a elei-

ção municipal. Algumas correntes do PT já se manifestaram defendendo a formação da frente de esquerda, levando o partido a discutir a proposta e o nome de Eron Bezerra. O PV, como afirmou o ex-senador Evandro Carreira, vai analisar com carinho, a possibilidade de disputar a eleição municipal tendo Eron Bezerra como candidato a prefeito, enquanto o PSTU vê como positivo o nome do PCdoB, sinalizando com a possibilidade de uma coligação unindo os partidos de esquerda. O PDT se mostra dividido entre a apresentação de candidato próprio e o apoio ao nome de Eron Bezerra.

A direção do PCdoB parte agora para a discussão com os demais partidos, ao mesmo tempo em que trabalha na formatação do programa de governo do PCdoB, que terá como ponto central o orçamento participativo e pretende apresentar alternativas para gerar emprego, resolver os problemas na saúde, educação, transportes coletivos e saneamento.



Mesa de abertura da Conferência, em Fortaleza

Unidade da esquerda marca reunião no Ceará

Num clima de muita euforia, o PCdoB/CE realizou sua 13ª Conferência Estadual. Sete partidos de esquerda (PSB, PDT, PT, PCB, PSTU e PV) prestigiaram a sessão solene de abertura e já se decidiram pela candidatura do deputado federal Inácio Arruda para a prefeitura de Fortaleza, no ano 2000. Inácio foi candidato a prefeito em 1996, tendo obtido expressiva votação, e agora conta com a unidade em torno de seu nome. O deputado federal Haroldo Lima (PCdoB/BA) saudou os presentes em nome do Comitê Central.

Durante a Conferência, cerca de 200 delegados e convidados, representando as 54 cidades onde foram realizadas conferências municipais, que contaram com cerca de 1.400 militantes, participaram dos deba-

tes na Universidade Federal do Ceará. Aprovou-se o Informe Final do Comitê Estadual que analisa a situação política nacional e estadual, avalia a atividade partidária nos 2 últimos anos e apresenta propostas de ação política e de construção partidária. Em seguida, foram feitas 5 intervenções especiais: "Aspectos do quadro mundial de hoje", por Haroldo Lima; "A crise brasileira e o Programa Socialista", por Gilvân Paiva; "Sobre o trabalho nas frentes de massas", por Luís Carlos Paes; "O Partido e as eleições de 2.000", por Carlos Augusto (Patinhas); e "Um novo olhar para o Nordeste", por Jânia Viana. Ao final, realizou-se a plenária de avaliação e eleição do Comitê Estadual. O novo Comitê ficou composto de 47 membros titulares e 6 suplentes.

As conferências em MG, BA e RS

A 7ª Conferência do PCdoB de Minas Gerais iniciou-se com um representativo ato político na Assembléia Legislativa. Representantes dos partidos políticos do campo popular e democrático, representante do governador Itamar Franco e o prefeito de BH, Célio de Castro, estiveram presentes à cerimônia - que contou, ainda, com a participação do Secretário de Relações Internacionais do Partido, José Reinaldo de Carvalho.

Durante o ato, o prefeito Célio de Castro chamou a atenção para a "gravidade da crise brasileira e para o papel político que podem jogar os comunistas". Em seguida, realizou-se um debate com o tema "O desemprego no país e nossas alternativas", com a participação do professor Márcio Santiago da Universidade Estadual de Minas Gerais, do deputado federal Sérgio Miranda (PCdoB/MG) e do vice-presidente da CUT-MG, Gilson Reis.

Ocorreram 45 conferências municipais no Estado e o processo reuniu 1349 filiados, o que implicou em 449 delegados eleitos para a Conferência Estadual. A meta de 1000 novos filiados foi cumprida e entra em uma 2ª etapa para obter mais mil filiações e implantar o Partido em 30 novos municípios.

Bahia

Sob o lema Partido Forte Socialismo Vivo, 300 delegados e mais de 100 convidados vindos de 70 municípios do Estado reuniram-se para a Conferência Estadual do PCdoB na Bahia.

A plenária de abertura recebeu representantes do PT e do PDT, que saudaram a reunião e

reafirmaram disposição de unidade na luta contra FHC e nas futuras batalhas eleitorais. Estiveram presentes dirigindo os trabalhos Daniel Almeida, Péricles de Souza, Renildo de Souza, Haroldo Lima, Javier Alfaya, Everaldo Augusto, Geraldo Galindo, Alice Portugal, Josenaldo Cerqueira, Margarida Alves, Aldenes Meira, Miguel Felício e Renato Rabelo, vice-presidente nacional do PCdoB.

A Conferência aprovou resoluções onde se destacam, entre outras: campanha de assinaturas contra FHC com meta mínima de 3% do eleitorado nos municípios em que o Partido atua e participação dos comunistas no Comitê *Brasil Outros 500: Resistência Indígena, Negra e Popular*, especialmente os municípios do extremo sul, com destaque para a marcha em Porto Seguro, dia 22 de abril.

Renato Rabelo destacou a contribuição da Bahia à luta partidária e a nova fase de batalha pelos ideais do comunismo. "Depois de atravessarem uma situação difícil e adversa, hoje as idéias do socialismo começam a ganhar força através de uma nova fase de luta pelos ideais comuns, que se transformou numa luta de povos do mundo inteiro", avaliou. "A maior lição que se tira do período é que nesse século o processo de construção do socialismo ainda não ultrapassou a fase de transição do capitalismo para o socialismo, o que não é obra para poucos anos, mas um processo prolongado que precisa de mais tempo pela frente", disse Rabelo. O vice-presidente também chamou a atenção para a importância da luta pelo Fora FHC. "Trata-se de uma luta com caráter de conscientização po-



Deputado Sérgio Miranda, MG

pular e acumulação de forças, e não de uma coisa imediatista", apontou, destacando o abaixo-assinado pelo afastamento do presidente e a manifestação do dia 26 de agosto como os grandes instrumentos dessa batalha.

Rio Grande do Sul

A Conferência do Partido no Rio Grande do Sul foi aberta por um ato político, que contou com a presença dos presidentes estaduais dos partidos que integram a Frente Popular e Trabalhista, além de João Batista Lemos, da executiva nacional do PCdoB. O Partido reuniu mais de 200 delegados, eleitos em conferências municipais. Os comunistas gaúchos aprovaram a ampliação do Comitê Estadual para 35 membros e as tarefas políticas do Partido.

A Conferência serviu para fazer um balanço da situação política e da atuação do Partido no Estado. Foram debatidos e avaliados os 6 meses do governo Olívio Dutra e os rumos da ação do Partido no sentido de contribuir para a consolidação da vitória das forças progressistas no Estado.

Comunistas de Pernambuco defendem Frente Popular

Reestruturar a Frente Popular, a partir da unidade da esquerda, e construir uma conjugação oposicionista mais ampla é um dos propósitos centrais do PCdoB na atualidade - conforme a resolução política adotada em sua 10ª Conferência Estadual de Pernambuco, na qual tiveram direito a voto 235 delegados eleitos por 952 militantes que se reuniram previamente em 27 municípios.

O encontro, que contou com a presença do dirigente nacional Ronald Freitas, também aprovou medidas destinadas a fortalecer o Partido e elegeu a nova direção estadual, composta de 23 membros efetivos e 4 suplentes.

"A reestruturação da Frente Popular não é uma tarefa simples nas circunstâncias imediatas" - explica Luciano Siqueira, um dos dirigentes reeleitos para o próximo biênio. No campo oposicionista estadual predomina ainda uma tendência à dispersão. Mas unir é uma necessidade, tendo em vista o papel de Pernambuco na resistência nacional às políticas neoliberais implementadas pelo governo FHC. Nesse sentido, a orientação política indica que a pedra de toque das alianças é a resistência ao neoliberalismo, porém



Luciana: candidata em Olinda

sem esquematismo nem rigidez sectária. Há forças políticas que ainda não evoluíram para uma postura antineoliberal, mas colocam-se em oposição ao governo Jarbas Vasconcelos e/ou a prefeitos do campo reacionário, com as quais é possível convergir em torno de objetivos imediatos benéficos para o povo.

Esse espírito unitário também orientará as relações dos comunistas com outras forças oposicionistas em relação ao pleito municipal de 2000. Em Olinda, por exemplo, onde o PCdoB apresenta desde já o nome da deputada Luciana Sant'Anna para a prefeitura, a intenção é de fazer desta uma candidatura aglutinadora da Frente Popular, e não um fator de divisão.

ESPECIAL

Farsa e miséria

SÉRGIO BENASSI*

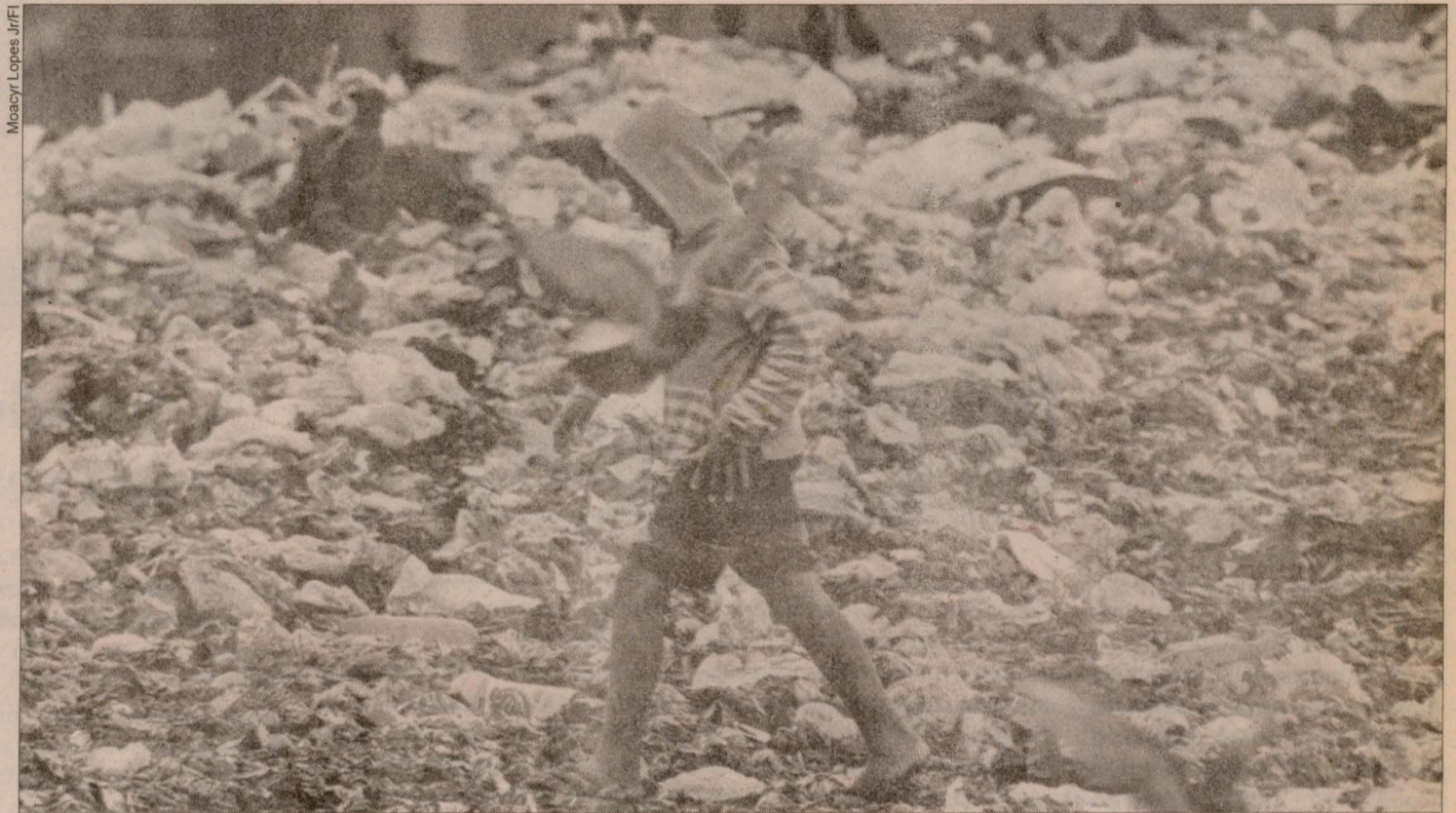
É sabido que olhar a tragédia nos olhos é a condição fundamental para superá-la. Requer honestidade de propósitos, coragem e compromisso com a verdade. A percepção das situações trágicas que envolvem seres humanos em carne e osso requer a mobilização do que de mais humano existe – a solidariedade.

Nossas elites econômicas não convivem com ela. Os governantes que as representam são produto do mesmo barro de classe. Depois que são colocados na fornalha do poder, os compromissos reais os tornam inflexíveis, duros, frios. Por isso não podem olhar a tragédia de frente.

O falso redentor

FHC assumiu em 94 como redentor dos pobres. Miséria era palavra proibida nas fileiras do governo. Ninguém conhecia sua existência, era coisa do passado. Usaram o pãozinho e o iogurte para provar as palavras do presidente. O frango e a dentadura foram elevados a novos símbolos nacionais comprovando o fim da miséria.

Até recentemente não eram capazes de ver os 46 milhões de miseráveis vivendo de forma sub-humana em casebres e barracos amontoados nas periferias de todas as cidades do país. Pelas janelas dos seus carros não viam também crianças suplicando esmolas ou vendendo doces para o prato de comida do dia. De dentro dos aviões que os transportavam não viam as estradas ladeadas por acampamentos com milhares de camponeses sem terra sofrendo e lutando por um pedaço de chão. Os nordestinos morrendo de sede, fome e doenças eram mentiras da oposição.



Catador de lixo em São Paulo: concentração e miséria

Nas rodas familiares do primeiro escalão do governo ninguém se referia ao fato de seus filhos estarem sobrevivendo graças a um “bico” como “avião de papelotes” dos traficantes. Também não conheciam os relatos sobre as privações, angústias, o choro e o desespero dos milhões de desempregados. O mais próximo era o comentário sobre o (desempregado) marido da faxineira, “coitado!”.

Mudou a fantasia

A cegueira aparentemente inocente escondia o cinismo frio para defender in-

teresses econômicos muito concretos. Agora, repentinamente, os cegos transformaram-se em heróicos defensores dos pobres e miseráveis. Mostram-se sensíveis, emotivos, humildes no reconhecimento de tanto sofrimento humano. O cinismo ainda é o mesmo, a fantasia é que mudou.

FHC, o herói que acabou com o monstro da inflação, virou inimigo das grandes fortunas. ACM é o novo pai dos pobres; vai acabar com a miséria em 10 anos. Um assessor do presidente já alertou para os riscos de que o país fique sem os recursos dos milionários porque

eles sairiam do país. O presidente herói ficou mudo e assustado.

Nas páginas dos mesmos jornais que divulgam a competição para ver quem é o mais sensível com os miseráveis destacam-se também as manchetes: “Pobres tem menos verba social”. Pobre, no caso, é aquele que recebe menos de R\$ 34 por mês. Falam de miséria como um vírus inesperado e desconhecido, sem paternidade alguma.

Impressão como são superficiais as análises, as críticas e as denúncias (com raras exceções). Como se vê é uma tragicomédia. E o pior, sem solução.

Neoliberalismo: fermento da exclusão

Afinal, por que tantos falam em miséria? Por que o próprio governo não desmente os dados e procura manobrar demagogicamente com medidas pífiyas e grande estardalhaço na mídia para esconder o crescimento objetivo do número de excluídos da sociedade?

Não é nova a denúncia das oposições sobre o crescimento da miséria. Desde que o Brasil foi enquadrado na política econômica de perfil neoliberal, os alertas foram apresentados pelas forças progressistas e de esquerda. O modelo adotado pelo governo é diretamente responsável pela piora da situação. Não há “economês” que possa disfarçar as estatísticas do fracasso social.

É fundamental compreender como chegamos a esta situação para analisar com rigor as palavras e atos dos demagogos. Em primeiríssimo lugar é bom fixar a idéia de que o figurino neoliberal obedece uma estratégia coordenada internacionalmente a serviço dos interesses dos grandes monopólios internacionais e do capital financeiro que quer lucros sem limite, sem barreiras e sem fronteiras fazendo circular livremente pelo mundo as mercadorias e os rendimentos em juros. Tudo deve se adaptar ao objetivo do lucro máximo. As economias de nações como o Brasil devem estar a serviço desta estratégia.

Este modelo tem algumas peças fundamentais. É necessário que se abandone a idéia de soberania, pois segundo esta teoria não há mais sentido em defender a nação independente num mundo “globalizado”.

Decorrem desta visão as seguintes medidas:

– Abertura total para os produtos im-

portados;

– Abertura total para a livre circulação dos capitais especulativos no mercado financeiro e para remessa de lucros das empresas multinacionais;

– Venda das estatais e fim dos investimentos do Estado em qualquer setor estratégico da produção.

– Alienação de todas as nossas reservas e recursos estratégicos, como minérios, fontes de energia, água e até patrimônio genético, entre outros.

Esquema suicida

É o que se denominou Desregulamentação da Economia. Traduzindo em palavras simples: liberdade total para entrar produtos fabricados no exterior, liberdade total para entrada e circulação de dólares, liberdade para sair pagamentos às exportações, pagamentos dos juros e remessa de lucros das multinacionais.

Este esquema suicida só pode dar em desastre. Nossa economia se desnacionaliza, ou seja, nossas empresas desprotegidas numa competição desigual não sobrevivem. Daí vem a onda de falências e fechamento de indústrias. É a desindustrialização. Nossas empresas estatais, as únicas que podem competir com os monopólios e defender nossos interesses econômicos, passam para as mãos destes mesmos monopólios. É a desnacionalização. Fica tudo na mão de uns poucos, todos estrangeiros.

O resultado prático disso tudo é que ficamos submetidos, comprando o que eles querem, pagando quanto querem, do jeito que querem, dando as vantagens que querem, enviando os lucros como é quando

querem. Ficamos completamente vulneráveis, dominados e escravizados.

Este sistema de relações econômicas tão desiguais visa proteger a poupança, as rendas, os empregos e o desenvolvimento dos países dominantes. O endividamento, a perda de rendas, desemprego e recessão econômica ficam para países submetidos como novas colônias do fim do milênio. Caímos numa verdadeira degradação nacional.

O outro lado perverso do modelo leva o pomposo nome de desregulamentação social, de Estado mínimo.

Palavras soterradas

Este título é para esconder a idéia de abandono de todos os que têm carências. Este Estado deixa de ter deveres e o cidadão abre mão dos direitos conquistados. Não intervém mais nas relações econômicas e sociais, que devem ser resolvidas pelo mercado. Também não se envolve mais na produção. Desta nova concepção decorrem as medidas que todos nós já conhecemos:

1. Mudanças na previdência (reforma na previdência);
2. Mudanças no regime de trabalho;
3. Precarização dos direitos trabalhistas (reforma dos direitos sociais);
4. Fim da estabilidade para funcionários públicos (reforma administrativa).

As tais reformas na prática se constituem em verdadeiras demolições dos direitos trabalhistas e sociais conquistados em dezenas de anos por milhões de trabalhadores.

Estes trabalhadores, com seus direitos, foram os responsáveis pela proeza de

transformar o Brasil na 10ª Economia Industrial. Não impediram este desenvolvimento – ao contrário, foram sua mola propulsora. Agora, sob o pretexto de diminuir o Custo Brasil, comprimem o preço da mão-de-obra para baixar também o Custo do Brasil, num momento que estamos a venda para o Império.

Toda a pregação governamental insiste na tese que o Estado longe das atividades econômicas faria sobrar mais recursos para saúde, educação, moradia, segurança e promoção social.

O que a vida demonstrou é que estas palavras foram soterradas pelas ações demolidoras do governo, cortando sistematicamente todas as verbas de todos os setores sociais em nome do equilíbrio fiscal. Sucateou continuamente os serviços públicos destas áreas. É arrasador o resultado deste processo. Dispensa relatos a respeito. É crise por todo lado. O abandono é a perspectiva real de milhões de pobres e miseráveis que não contam com os serviços básicos que garantiriam um mínimo de condição digna de vida. Quem perde com o desmonte dos serviços públicos, com a precarização dos direitos, com a queda do poder aquisitivo dos salários? Os ricos? Não. Exatamente os pobres, os miseráveis em especial. Os trabalhadores em geral.

O neoliberalismo fernandista prometeu: integração ao 1º Mundo, estabilidade, desenvolvimento, melhoria de vida para todos. O que aconteceu foi: desindustrialização e colonização, dívidas impagáveis, recessão, desemprego, perda de poder aquisitivo, aumento da pobreza e de miseráveis.

Você conhece algo mais conservador do que isso tudo?

ESPECIAL

Lucro e miséria



Em busca do ouro: trabalho insano e vida indigna

classe que produz seu próprio produto como capital."

Não é exatamente o que se verifica em todo o mundo? Não é precisamente o que acontece em nossos dias aqui no Brasil? Esta lei absoluta geral da acumulação capitalista esta sendo levada nos dias atuais às últimas conseqüências sob o comando de organismos internacionais como FMI e Banco Mundial, sob os olhos e armas vigilantes da OTAN e ONU.

Concentração de riqueza

O processo de produção capitalista engendra objetivamente a concentração e centralização do capital em poucas mãos. Para que este sistema funcione é imprescindível a existência de trabalhadores "livres", ou seja, totalmente despossuídos de qualquer bem produtivo e dispostos a vender sua força de trabalho. O capitalista é o intermediário que domina todos os meios de produção, as matérias primas e compra a força de trabalho para realizar seus lucros. Um não existe sem o outro.

O valor da mercadoria produzida é definida pela quantidade de trabalho gasto na produção. Isto é medido em tempo de trabalho realizado pelo operário para produzir aquelas mercadorias.

Só o trabalho comprado pelo capitalista é capaz de criar valor em mercadorias além do que lhe é pago como salário, acrescentar valor, gerar um excedente (lucro) que é apropriado pelo capitalista, ou seja, trabalho não pago.

É deste processo que o patrão terá seu lucro e o operário seu salário, numa constante reprodução de suas próprias condições. O lucro dos capitalistas é a parte do valor não pago na forma salário e será tanto maior quanto maior for a extorsão do trabalhador. Toda a história das lutas dos trabalhadores em todo o mundo em torno dos salários não é mais do que a expressão de uma tentativa contínua de vender sua força de trabalho por um valor adequado à sua sobrevivência e reprodução como classe. E todo o esforço dos patrões é rebaixar este valor pago para obter um lucro maior, pois disto ele

depende para acumular, enriquecer e se reproduzir como classe. É uma tendência permanente contra a qual os operários têm de lutar incessantemente.

Produtividade e arrocho

Neste esforço de exploração do trabalhador para obter maiores lucros o capitalista usa de vários expedientes. Aumenta produtividade com investimentos em máquinas, arrocha salários, impõe aumento nos preços dos gêneros de primeira necessidade,

alonga a jornada de trabalho, intensifica os processos produtivos, e amplia o exército de reserva de desempregados.

O sistema funciona e se desenvolve concentrando continuamente a produção em poucos operários que produzem cada vez mais mercadorias em tempo sempre menor. Com isto, concentra riqueza num pólo, o dos donos do capital e do mercado. Mas, ao mesmo tempo no pólo oposto o número de operários que produzem diminui, o desemprego aumenta e o valor da força de tra-

FMI, FHC, ACM, sopa de letras para engordar a miséria

Vejamos outro lado da polêmica em torno da miséria. Em que momento os falsos heróis se apresentam? Quais os componentes centrais de conjuntura que estão pressionando estes importantes senhores?

O Brasil está convalescendo de recente ataque especulativo contra o real, que pôs a nú toda a nossa vulnerabilidade. Espatifou-se a chamada âncora cambial do real. Como conseqüência imediata, no curtíssimo prazo aprofundam-se a instabilidade, como nos atirando na recessão e com o risco de retorno da inflação.

Para fechar o quadro, uma espetacular deterioração das questões sociais, vulgarmente chamada de miséria.

Qual a saída encaminhada por FHC para este novo cenário? Um acordo do Brasil com o FMI.

Emenda pior que o soneto

É útil conhecer seus principais termos para verificar se sob este novo enquadramento e monitoração da nossa economia poderemos de fato combater a miséria.

Em suas linhas essenciais, o Memorando de Política Econômica, anexo ao acordo com FMI, estabelece controles a cada 3 meses e nele se persegue a aplicação rigorosa dos seguintes pontos:

1. Prioridade para o ajuste fiscal, a fim de obter um superávit fiscal primário de R\$ 13 bilhões até o final do ano. Isso será obtido através de cortes nas despesas do governo com folha de

pagamentos e nas despesas do Orçamento. De outro lado, vai limitar o financiamento dos Estados e municípios e incentivar demissões em massa no funcionalismo.

O ajuste prossegue com uma reforma tributária para reforçar a arrecadação de impostos e uma reforma previdenciária para diminuir os benefícios.

Para completar, privatizações dos bancos estaduais, serviços de saneamento e água, o restante das estatais elétricas, Banco do Brasil e Caixa Econômica.

Neste semestre já se conseguiu R\$ 11 bilhões de economia, porém gastamos de pagamentos de juros R\$ 10,4 bilhões!

2. Controle rígido da inflação através da manutenção da recessão, novos cortes de despesas do orçamento da União. A nova "âncora" é o salário arrochado.

Todo este sacrifício para, no final, uma dívida líquida prevista de R\$ 500 bilhões (50% do PIB) nos arrasar como nação.

Com estes parâmetros de orientação econômica, é totalmente previsível que estamos condicionados somente ao pagamento inútil dos juros em ambiente econômico externo restritivo e instável e internamente com recessão econômica.

balho dos que estão na ativa é arrojado.

O crescimento dos excedentes do capitalista depende do aumento da exploração da força de trabalho dos assalariados. A prosperidade do capitalista (em outras palavras, a acumulação de capital) está associada ao aumento da taxa de exploração sobre o operário (em outras palavras, ao arrocho salarial e ao desemprego).

Mal do século

Riqueza num pólo, miséria no outro. Basta ver os próprios dados do Banco Mundial para comprovar o que foi dito.

Numa ponta, 358 bilionários concentram riquezas equivalentes ao que 2,8 bilhões de seres humanos recebem pelo seu trabalho. Sem falar no "mal do século", como afirmam os dirigentes das 7 nações mais ricas do mundo: 1,3 bilhões de desempregados.

A miséria é inerente ao modo de produção capitalista. É parte inevitável deste sistema. A vida confirma as palavras de Marx quando afirma que "... toda a história da moderna indústria demonstra que o capital, se não se lhe põe um freio, lutará sempre, implacavelmente e sem contempções, para conduzir toda a classe operária a este nível de extrema degradação... (de) simples máquina, fisicamente destruída e espiritualmente animalizada, para produzir riqueza".



Distribuição de renda

O pior não passou, ainda virá, para desespero dos miseráveis. A distribuição de renda vai piorar ainda mais.

No fundamental é a liquidação final de nossas bases de desenvolvimento nacional, crescimento da dívida interna e externa, pagas religiosamente à custa da contenção de gastos públicos com os pobres, mais desemprego e arrocho salarial.

* Vereador do PCdoB em Campinas/SP

ECONOMIA

A queda do dólar

UMBERTO MARTINS

Ultimamente (quem diria?) o todo poderoso dólar deu de cair frente a outras moedas notáveis, em especial o iene japonês e, mais recentemente, também em relação ao euro. A moeda norte-americana, que há coisa de um ano atrás estava cotada em torno de 140 ienes, valia apenas 115,8 no final da última sexta-feira (13 de agosto), um dia (ufa!) de certa euforia na Bolsa de Nova York. O recuo, sensível, vem se verificando num período ainda marcado pelo badalado crescimento da economia ianque, em contraste com uma situação pouco favorável à produção no Japão.

Por isto, o fenômeno vem causando desagradáveis surpresas e muito reboliço. Além de intervenções conjuntas do Japão e EUA para estabilizar o câmbio, foi alvo de um artigo do economista Paul Krugman, intitulado "Uma crise do dólar?" (*O Estado de S. Paulo*, 04/08), que sugere a possibilidade de uma queda bem mais acentuada, acompanhada da alta das taxas de juros, fatos que, combinados, configurariam um cenário de dificuldades econômicas adicionais para o mundo, no qual os EUA poderiam se transformar na nova "bola da vez" da crise financeira internacional.

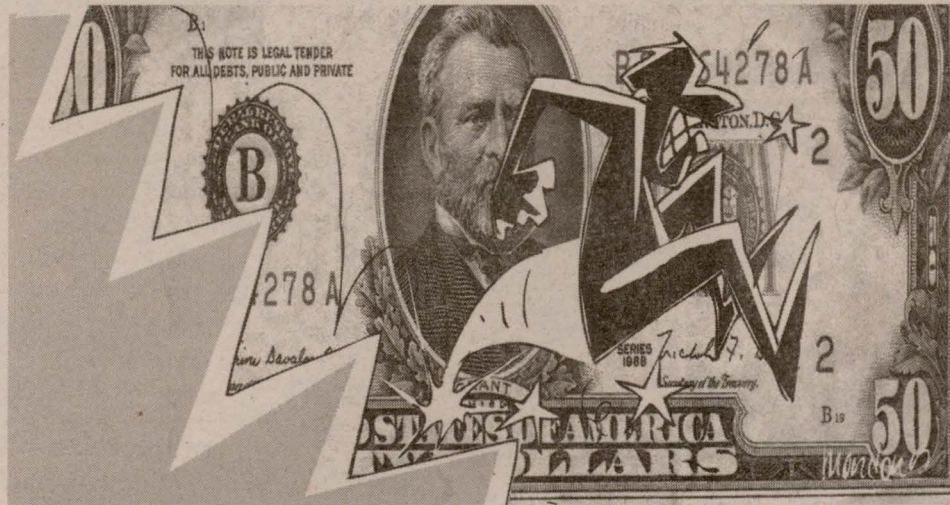
A raiz da crise

O temor de que o estranho presságio se concretize está associado à magnitude e ao crescimento dos déficits das contas externas daquele país. "Deve ser lembrado", argumenta Krugman, "que em 1985, quando o déficit de conta corrente dos EUA mantinha quase a mesma proporção registrada atualmente em relação ao PIB, uma reconsideração das percepções do mercado causou queda (do dólar) de 240 para 140 ienes e de 3,3 para 1,8 marco alemão".

Deixando de lado a idéia de "reconsideração das percepções", que atribui à psicologia dos investidores um papel provavelmente fictício na determinação dos acontecimentos econômicos, o fato é que para financiar o rombo no balanço de pagamentos (que traduz a dimensão do parasitismo ianque), os EUA precisam captar, anualmente, centenas de bilhões de dólares no exterior, basicamente junto aos grandes capitalistas nipônicos e europeus.

William Dudley, diretor de análise econômica do banco Goldman Sachs, estima que a necessidade de financiamento do balanço de pagamentos do seu país neste ano alcançará 300 bilhões de dólares. Cifra respeitável, que supera o valor do fluxo de recursos para a periferia do sistema e evidentemente tem muito a ver com a instabilidade do mercado financeiro. Uma drenagem de recursos nesta escala exerce, por si só, uma poderosa pressão sobre os movimentos do capital pelo planeta, em boa medida determina o seu destino e transforma os EUA, nas palavras de um grande banqueiro, numa espécie de bomba de sucção da poupança excedente em outras praças imperialistas, em detrimento dos "emergentes", e talvez na raiz mais profunda da presente crise econômica mundial.

Nunca é demais lembrar que a chamada "crise da dívida externa", que na América Latina teve por marco a moratória mexicana de 1982 e resultou na "década perdida", foi contemporânea dos formidáveis aumentos das taxas de juros nos EUA (que bateram a casa dos 20% nominais). O colapso cambial do mesmo México em dezembro de 1994 (prenúncio da "crise asiática") também foi pre-



cedido por 7 elevações dos juros na terra do Tio Sam.

Fuga de capitais

Nada disto é muito novo. O fato mais recente é que os grandes investidores japoneses e europeus que financiam a boa vida norte-americana estão ficando cada vez mais ariscos e, claro, gananciosos. Andam desovando títulos norte-americanos no mercado e, ao que parece, apostando em novas e mais acentuadas altas das taxas de juros norte-americanos.

Neste caso, quem sabe, pode-se falar, como Paul Krugman, em "reconsideração das percepções". A demanda pelos bônus de 30 anos do Tesouro dos EUA declinou 11% desde o início deste ano, o que pressionou os juros pagos por esses papéis no mercado secundário (hoje superiores a 6%, contra os 5% oficiais decretados pelo Banco Central) e levou o secretário do Tesouro, Lawrence Summers, a anunciar no dia 4 de agosto que o governo Clinton pretende reduzir a emissão dos títulos (que totalizam nada menos que 5,5 trilhões de dólares e compõem parte da dívida pública) usando o superávit orçamentário para recomprar uma parcela. A notícia dada por Summers provocou uma fugaz valorização dos bônus, de aproximadamente 12 horas úteis.

Movimento parecido foi registrado na Bolsa de Valores de Nova York, que no início deste mês acusava uma porcentagem negativa de 15% na relação entre compra e venda de ações americanas por parte dos investidores estrangeiros, segundo o *The Wall Street Journal*. Citando um executivo britânico, o repórter Greg Ip, daquele jornal, disse que os problemas se agravam com a recuperação econômica aparentemente em curso no Japão e na Europa: "o crescente déficit comercial dos EUA com o mundo", explica, "tem de ser financiado pela venda de ações, títulos e outros ativos a estrangeiros. Mas com as outras economias recuperando-se, investidores têm mais chances de encontrar melhores retornos em outros mercados e assim vendem seus investimentos americanos, derrubando o dólar, elevando os juros do mercado secundário e fazendo as bolsas cair" (*O Estado de S. Paulo*, 02/08). Embora seja um detalhe, cabe dizer que o dilema já não está restrito à esfera comercial, como pensa Greg Ip. Aliás, ele (e não só ele) acha que "soa bizarro preocupar-se com fortes economias internacionais quando apenas dez meses atrás houve um quase colapso global". Pois é!

Exuberância irracional

A ciência econômica parece corroborar a impressão de que o valor de uma moeda reflete a força econômica relativa de uma potência. Com certeza, a queda do dólar é um sinal de fraqueza e empo-

brecimento do império norte-americano, uma medida confiável do processo de decadência que já conta algumas décadas e pode durar outras tantas.

Esta história, entretanto, não é linear.

Na maior parte desta década o dólar viveu momentos de inegável glória e esplendor. Desde 1995, e principalmente durante a crise asiática, inverteu a tendência histórica de queda diante do iene, gozando forte valorização. Após a unificação monetária européia (no início deste ano), parecia ter submetido o euro à humilhação. A exibição de força e covardia que o grande império praticou no coração da Europa contra a Iugoslávia, levando a Otan de roldão, foi apontada como causa da inusitada apreciação do dólar frente ao euro.

Mas fatores psicológicos, políticos ou militares em geral não anulam nem reverterem as tendências mais profundas da economia. A recente exuberância do dólar não estava em harmonia com aquilo que o professor norte-americano Lester C. Thurow chama de "as regras fundamentais da gravidade econômica", razão pela qual se revelou irracional. A existência prévia de um expressivo déficit comercial e em conta corrente já evidenciava uma sobrevalorização da moeda norte-americana. Por isto, a subida artificial, principalmente em relação ao iene, alimentou o parasitismo da sociedade ianque e resultou num notável crescimento do déficit comercial, que praticamente dobrou desde 1995. Em outras palavras, produziu uma dose extra do veneno que vem debilitando à olhos vistos o poder do império (talvez para disfarçar o mal estar, o governo Clinton mandou dizer que o saldo comercial negativo é sinal de força e prosperidade, e não de fraqueza, uma vez que deriva do aquecimento da demanda nos EUA).

Ninguém pode afirmar com segurança que a possibilidade de uma depreciação mais violenta do dólar levantada por Krugman se transformará em realidade de hoje para amanhã. A respeito do mesmo tema, Lester C. Thurow faz o seguinte raciocínio no livro *O futuro do capitalismo* (publicado em 1996, é bom notar): "a pergunta não é se irá ou não ocorrer um terremoto. Certamente irá. A única pergunta é quando e se ele ocorrerá como um grande choque ou como uma série de choques menores, que produzem menos danos."

A situação econômica pouco confortável vivida hoje pelos EUA vem provocando o recrudescimento do protecionismo naquele país e agravando a tendência de apelar ao poderio bélico para sustentar e ampliar suas posições imperialistas. Ainda não cessaram os ecos dos bombardeios sobre Belgrado e os tambores de uma nova guerra batendo as portas do Amazonas, anunciando uma trágica agressão contra a Colômbia. Não podemos ficar de braços cruzados.



Protesto operário na Ford Ipiranga

O jogo sujo da Ford

ALDOREBELO

A decisão da Ford de instalar na Bahia a unidade de montagem de automóveis que estava prevista para o Rio Grande do Sul reacendeu o debate sobre a questão do desenvolvimento regional e sobre a ausência de uma política nacional para o desenvolvimento harmônico das diversas regiões do país.

A falta de uma política consistente por parte do governo federal tem levado os Estados a se engajarem numa guerra fiscal para atrair investimentos produtivos para seus territórios, cujo resultado é a transferência de bilhões de dólares dos cofres públicos para empresas privadas que não necessitam de tais subsídios.

O mercado automobilístico mundial está saturado, o que tem levado as grandes montadoras mundiais de automóveis a disputar ferozmente os mercados que apresentem potencial de crescimento, como é o caso do Brasil.

Enquanto nos Estados Unidos há praticamente um automóvel por habitante, no Brasil a proporção é de onze habitantes por veículo. Na vizinha Argentina, a proporção é de um para seis, o dobro do nosso. Não é por outra razão que o Brasil se tornou palco, nos últimos anos, de uma verdadeira invasão de montadoras de todo o mundo. Somos, hoje, o país com maior número de fabricantes de automóveis.

O Brasil não tinha e não tem a menor necessidade de oferecer incentivos fiscais para atrair essas empresas. Elas não vêm para cá porque o governo oferece incentivos. Elas vêm porque precisam vir, porque, se não ocuparem o espaço, suas concorrentes o farão.

Ocorre que as empresas promovem verdadeiros leilões entre os Estados da federação, para arrancar o máximo de lucros com o mínimo de investimentos. Enquanto isso, os Estados, depauperados pela renúncia fiscal, assistem à deterioração de suas finanças e ficam sem capacidade de investir o mínimo necessário em áreas essenciais como educação e saúde.

A Ford e o governo deveriam envergonhar-se de fazer esse tipo de jogo num país que é o campeão das desigualdades sociais e onde faltam recursos para atender as carências sociais mais elementares. O governo federal deveria tomar providências para impedir esse tipo de conduta por parte dos Estados e das empresas e não acirrar ainda mais essa disputa, como fez no caso da Ford.

Não há, evidentemente, mal algum em que se ofereçam algumas vantagens para empresas que se instalem em regiões mais atrasadas economicamente. O que não se admite, entretanto, é que a ausência de uma política nacional adequada leve a situações como a da Ford, que levará, além dos subsídios federais, de cerca de US\$ 180 milhões, outros US\$ 780 milhões do BNDES, para realizar um investimento conjunto com os seus fornecedores de US\$ 1,3 bilhão, para gerar não mais que 3.000 empregos. Se todo esse dinheiro fosse destinado a ampliar a refinaria baiana da Petrobrás e financiar projetos de transformação de instalações e obras novas, estima-se que seriam gerados mais de 20.000 empregos, além de viabilizar o ameaçado Pólo Petroquímico de Camaçari.

INTERNACIONAL

A democracia na Venezuela

ALDOREBELO

A vitória esmagadora da coalizão Pólo Patriótico, liderada pelo presidente Hugo Chávez na eleição da Assembléia Nacional Constituinte da Venezuela, deixou em polvorosa as correntes políticas conservadoras da América Latina.

O Pólo Patriótico, que reúne o Movimento Bolivariano 2000, liderado por Chávez, e outros partidos nacionalistas e de esquerda, obteve 120 das 128 cadeiras em disputa. Outras três, do total de 131, já haviam sido atribuídas a representantes das etnias indígenas. Os dois partidos que dominaram a cena política venezuelana nos últimos quarenta anos – o social-cristão Copei e a Ação Democrática (AD) – sofreram uma derrota histórica. Dos oito constituintes não alinhados ao movimento de Chávez, nenhum pertence ao Copei e apenas um é da AD. O ex-presidente Carlos Andrés Pérez, deposto e preso por corrupção em 1993, largou o Senado mas não conseguiu se eleger para a Assembléia Constituinte.

Diante de tão enfática manifestação do eleitorado a favor de reformas profundas, que democratizem o sistema político e acabem com miséria que degrada 70% da população de 22 milhões de pessoas, o mínimo que se disse, nos últimos dias, é que a democracia está ameaçada e a Venezuela à beira de uma ditadura. Estranho o conceito de democracia desses analistas. Silenciaram durante 40 anos, quando um grupelho político levou à miséria o povo de um rico país. Grande produtor de petróleo (foi o maior exportador de óleo cru de 1928 até 1970), a Venezuela concentra renda e poder nas mãos de uma minoria, enquanto a grande massa da população, constituída de mestiços, como no Brasil, sofre



Hugo Chávez: apoio incontestável da população

com altos índices de desemprego (12%), inflação (20%) e uma recessão que reduziu o Produto Nacional Bruto em 7,5% no primeiro semestre. A opção do pobre é virar miserável, enquanto a elite que empalmou o poder nas últimas décadas tem US\$ 90 bilhões depositados no Exterior, quantia três vezes superior à dívida externa nacional.

Agora, quando o povo aposta num novo rumo para o país, traçado num processo democrático conduzido com liberdade e lisura, surgem os torpedos para minar o resultado das urnas. No figurino político dessas oligarquias, uma eleição só será declarada realmente democrática quando, além de preencher os requisitos convencionais ditados pelos padrões internacionais, satisfizer a uma exigência muito particular: ser vencida pela direita. Caso contrário, a democracia estará em risco.

Se a democracia corre perigo, na Venezuela e em toda a América Latina, inclusive no Brasil, é por conta da insensibilidade das elites. Com um discurso falsamente modernizante, elas têm submetido os países da região ao capital especulativo e imposto

sucessivos sacrifícios ao povo, sem nenhuma contrapartida de direitos e esperanças. A população da Venezuela deu um sinal inequívoco de rejeição à obra dos governos de centro e de centro-direita. O mapa político da América latina está cheio desses sinais. A radicalização do processo eleitoral na Argentina, o acirramento do confronto entre o governo de Andrés Pastrana e as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC), a greve dos caminhoneiros que abalou o Brasil, são manifestações com uma origem comum. É o ressentimento crescente da população contra os governos das minorias. Manipulando a bandeira da estabilização econômica, estão levando a um aprofundamento sem precedentes do fosso entre ricos e pobres.

Quando esses pobres, de alguma forma, se manifestam em defesa de seus direitos e da pátria ameaçada pela rapinagem do processo neoliberal, os porta-vozes do elitismo político bradam que a democracia está ameaçada. Talvez a deles, não a verdadeira democracia, construída pelo povo em benefício do povo.

*deputado federal (SP) e líder do PCdoB na Câmara

Comunistas argentinos visitam o Brasil

Nos dias 5 e 7 de agosto, Patricio Echegaray, secretário geral do Partido Comunista da Argentina, e Athos Fava, secretário de Relações Internacionais, visitaram o Brasil e foram recebidos pelo secretariado do Comitê Central do Partido Comunista do Brasil.

Com a presença de João Amazonas, os dois partidos realizaram contatos políticos e durante as conversas houve troca de informações e opiniões sobre a situação latino-americana.

Os camaradas argentinos informaram sobre a gravidade da crise naquele país, onde de um

total da população de 36 milhões de pessoas, 13 milhões encontram-se em situação de pobreza e destes, 3 milhões abaixo da linha de miséria. 14, 5% da População Economicamente Ativa está desempregada.

“Trata-se de uma crise estrutural do capitalismo no país, que se expressa como uma crise do modelo, através da recessão econômica e de uma dívida que já monta a 160 bilhões de dólares”, analisa Patricio Echegaray.

Os dois partidos pretendem intensificar mais suas relações a partir de agora.

Luso-brasileiros têm direito a voto em Portugal

Dia 10 de outubro acontecerão eleições para Assembléia da República Portuguesa. Dos 230 deputados que comporão a nova Assembléia, 2 serão eleitos pelos portugueses que vivem na Europa e 2 pelos que moram nos demais continentes. O colégio eleitoral brasileiro – 30.298 eleitores – representa a metade de todos os votos de portugueses que vivem fora da Europa.

A Coligação Democrática Unitária (CDU), que reúne o Partido Comunista Português (PCP), Partido Verde e os Independentes, realizou um encontro com militantes e simpatizantes luso-brasileiros no dia 8 de julho, com o objetivo de esclarecer como os portugueses

residentes no Brasil e recenseados poderão votar nas próximas eleições da Assembléia da República Portuguesa.

Para a participação nas eleições, os portugueses devem se inscrever nos consulados até 60 dias antes das eleições, mediante a apresentação do bilhete de identidade e atestado de residência. O eleitor escolhe uma coligação partidária que, por sua vez, elege certo número de candidatos de acordo com a percentagem de votos que conquistar no pleito.

Os dois candidatos às vagas são a educadora Ana Maria Cerqueira, de São Paulo, e o cineasta Davide Quintans, do Rio de Janeiro.

Mensagem aos paraguaios

O presidente do PCdoB, João Amazonas, e o secretário de Relações Internacionais, José Reinaldo Carvalho, enviaram esta mensagem ao Partido Comunista do Paraguai, no dia 30 de julho:

“É motivo de elevada honra saudar por seu intermédio toda a combativa militância do Partido Comunista do Paraguai na ocasião em que se comemora o 75º aniversário natalício de seu secretário-geral, o camarada Ananias Maidana. Com

justa razão, o camarada Ananias Maidana recebe hoje em solenidade pública as homenagens dos militantes e dirigentes do Partido, assim como dos verdadeiros democratas e patriotas que ombro a ombro com os comunistas levam adiante a luta pela emancipação nacional e social em seu país. Também nós quiséramos estar presentes nesse importante evento, mas motivo de força maior ligado a uma intensa agenda política impediram o nosso deslocamento ao país vizinho.”

China contesta divisão de seu território

Trechos do pronunciamento do porta-voz do escritório dos Assuntos de Taiwan do Conselho de Estado da República Popular da China, em 11 de julho, sobre as palavras (de divisão da pátria) de Lee Teng-hui, do governo de Taiwan:

“A flagrante definição de Lee Teng-hui das relações entre os dois lados do Estreito de Taiwan como ‘as relações de Estado a Estado’ expõe mais uma vez sua intenção de separar Taiwan da China. As próprias afirmações e ações de Lee Teng-hui demonstram que ele enganou os compatriotas de Taiwan e a opinião pública internacional, quando dizia que ‘não quer e não há necessidade de seguir uma política para a independência de Taiwan’, e que ‘nunca abandonou o propósito da reunificação futura do país’.

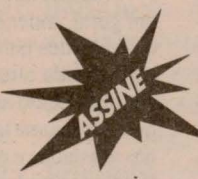
Opomo-nos firmemente a qualquer atividade de criar a ‘independência de Taiwan’, ‘duas Chinas’ ou ‘uma China, um

Taiwan’. Realizar a reunificação completa da pátria representa a tendência geral e vontade popular. Nós continuaremos, como sempre, junto com os compatriotas taiwaneses, a desenvolver amplamente as relações entre os dois lados do Estreito de Taiwan, provendo o processo de reunificação pacífica da pátria”.

Trechos do comentário do porta-voz do Ministério dos Negócios Estrangeiros da República Popular da China, em 12 de julho:

“A comunidade internacional, incluindo a Organização das Nações Unidas e a maioria dos países do mundo, reconhecem universalmente que Taiwan pertence à China, o governo da República Popular da China é o único governo legítimo que representa toda a China, e Taiwan é uma parte da China. Nós advertimos severamente Lee Teng-hui e as autoridades de Taiwan a não subestimar a firme determinação do governo chinês de salvaguar-

dar a soberania, a dignidade e a integridade territorial da nação, e a coragem e a força do povo chinês de lutar contra a separação e a independência de Taiwan.”



A Classe Operária



15 edições = R\$ 15,00

Pagamento:

- cheque nominal Vale postal nº
 dinheiro Depósito na conta Ag.0251 C/C 48676-7 Banco Itaú
 Cartão nº Validade

Rua Adoniram Barbosa, 53, CEP 01318-020, São Paulo - SP, Tel. 0__11 3104-4140, e-mail: classeop@ruralsp.com.br

Data da assinatura: _____ / _____ / _____
Nome: _____
Endereço: _____
Bairro: _____
CEP: _____
Tel.: (____) _____



CDM

Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

INTERNACIONAL

Os desafios atuais do Chile

GLADYS MARÍN*

O Chile enfrenta atualmente uma crise generalizada, com agudas repercussões no plano econômico e político, que deixa exposto o esgotamento do desnacionalizador e antidemocrático sistema neoliberal vigente desde a ditadura, e a urgência de sua substituição.

Durante muito tempo, o governo negou-se a reconhecer a crise econômica. Porém a queda da atividade em 6%, em abril, e o aumento das demissões para 9,8% em maio levaram o presidente da República a anunciar medidas para enfrentá-la, mencionando com suas causas o "cenário internacional adverso", a seca e a crise de energia.

A verdade é que o agravamento da situação é produto da persistência na aplicação de políticas equivocadas; e a causa real da crise é a existência do modelo neoliberal que impôs uma economia subordinada ao exterior, aberta e desregulada para o capital estrangeiro, com uma monopolização privada em áreas-chaves, dependente da exportação de matérias primas e carente de políticas que impulsionem a produção com maior valor agregado; com um Estado que não assume a defesa do interesse nacional em problemas como a crise de energia ou a superprodução de cobre criada pelas transnacionais.

Produto da privatização das empresas elétricas, antes nas mãos do Estado, chegou-se a cortes e racionamento de energia. Porém, apesar dessa nefasta experiência, a água potável também foi privatizada. No cobre, tivemos o preço internacional mais baixo das últimas décadas devido à superprodução mundial criada a partir do Chile pelas transnacionais, aproveitando a modificada legislação mineira de Pinochet, com a perda de milhões de dólares que, por esse conceito, deixam de ingressar através de impostos.

A desnacionalização da economia se expressa nos mais diversos âmbitos. A Federação Nacional dos Produtores de Leite denunciou a quebra de mais de 2 mil pequenos e médios produtores devido às importações de elite dos Estados Unidos e Europa a preços artificialmente rebaixados pelos subsídios desses governos. Reclamam que as empresas em poder das transnacionais lhes pagam cada vez menos. Queixas semelhantes têm os produtores de calçados, que perderam a metade do mercado nacional. Os fabricantes de aço e têxteis exigem medidas diante da concorrência desleal das transnacionais. A Associação de Radiodifusores do Chile se declara alarmada com o desaparecimento de várias emissoras de rádio nacionais, substituídas por cadeias estrangeiras.

Os resultados da última pesquisa de Caracterização Socioeconômica Nacional (Casen) de 1998 revelam que existem 3.160 mil pessoas pobres; 21,7%, que entre 1996 e 1998 estacionou a diminuição da pobreza, e que piorou a distribuição de renda em relação com 1996. Os 20% mais pobres diminuíram sua renda de 3,9% para 3,7%, e os 20% mais ricos aumentaram de 57,1% para 57,3%.

Junto a isso, o subsecretário de Planejamento e Cooperação assinalou que se fossem usados novos parâmetros de aferição da pesquisa 1998, seriam registrados maior número de pobres. Acrescentamos a diminuição da taxa média de criação de empregos, de 5,1% em 1987-89 para 1,8% em 1996-98, o que significa termos um desemprego de caráter estrutural.

As recentes medidas governamentais ante a crise não têm caráter de emergência. São apenas migalhas que se inserem no critério habitual de manter os "equilíbrios macroeconômicos", entre eles o "equilíbrio fiscal", e passarão vários meses para que se notem seus efeitos, seja porque têm de transformar-se primeiro em lei no Parlamento, ou porque estão projetadas para longo prazo.

Não há gasto público extraordinário, mas concentração e adiantamento de gastos já orçados, que se supõem gerariam uns 100 mil empregos. Quase nada, diante das 600 mil demissões reconhecidas, que aumentarão nos próximos meses se a reativação não ocorrer rapidamente. O próprio presidente da Comissão de Fazenda do Senado, Alejandro Foxley, assinalou que "a solução é de política fiscal... a autoridade deve aumentar o gasto público direcionado ao emprego..."

O setor empresarial, de sua parte, através do presidente da Confederação da Produção e Comércio, respaldou as medidas. A conclusão é clara. Para o governo e os grandes empresários, o alto desemprego é funcional, não lhes interessa atacá-lo de maneira global, mas preferem medidas de médio e longo prazo, que de imediato só beneficiam os empresários.

Um bom exemplo é o incentivo tributário para a compra de habitações DFL-2, que busca acelerar a venda de casas e departamentos construídos e gerar uma posterior reativação da cons-

trução, com a conseqüente contratação de mão-de-obra. Ou o subsídio para a contratação de estudantes de ensino superior que precisem de um emprego para continuar seus estudos, que, em vez gerar postos de trabalho para os demitidos, "flexibiliza" ainda mais a força de trabalho, facilitando a demissão de trabalhadores.

As medidas que beneficiariam diretamente os demitidos têm um alcance muito limitado, tanto no montante do gasto quanto na quantidade de pessoas beneficiadas. Se reafirma o projeto de lei de Proteção ao Trabalhador Demitido que está no Parlamento, porém o projeto não beneficiará os demitidos atuais e, o que é mais grave, significa terminar com as indenizações por anos de serviço, que é uma conquista dos trabalhadores reconhecida na legislação trabalhista que nem sequer a ditadura pôde eliminar.

As iniciativas direcionadas aos pequenos e médios empresários, que supostamente gerariam emprego de maneira indireta, não contemplam investimento adicional que pudesse gerar novos créditos para contratação de mão de obra, mas são apenas medidas de alívio aos devedores.

Nenhuma destas medidas, tão propagandeada nos meios de comunicação, permite enfrentar com seriedade a crise e as demissões. Os prognósticos de recuperação econômica a partir do terceiro trimestre não têm fundamento, e muito menos a ideia de chegar ao próximo ano a iguais índices de crescimento que nos anos anteriores. O mais provável é que nunca se recupere o elevado e contínuo nível de crescimento que se teve nos anos passados, que além do mais não significaram nenhum progresso no bem-estar da maioria da população.

No plano político, com a prisão de Pinochet em Londres, registrada como um dos acontecimentos de fim de século que mais alegria produziu no povo do Chile, foi dado um duro golpe à legitimidade obtida pela direita e o pinochetismo graças aos pactos com a Concertação.

A saída pactada se expressou em distintos momentos, como no plebiscito sobre reformas constitucionais de julho de 1989, a saída do presidente Frei da investigação sobre os "pinocheques" do Conselho de Defesa do Estado e a irrestrita e desavergonhada defesa do ditador feita pelo governo de Eduardo Frei.

Hoje, diante dos avanços no indiciamento de alguns responsáveis de crimes, produto de iniciativas como a queixa interposta pelo Partido Comunista contra Pinochet e o respaldo aos processos da Espanha, e em geral da mobilização incansável pela verdade e justiça do movimento de direitos humanos; as ordens das Forças Armadas, a direita e a Concertação se esforçam por estabelecer um novo pacto que consagre a impunidade definitiva e faça regressar o ditador.

Todos estes fatos indicam que o sistema neoliberal construído durante a ditadura e aprofundado pelos dois governos da Concertação está em crise, tanto econômica quanto política e moral. As promessas de democratizar o país e resolver os problemas do povo foram traídas.

Agora, no marco das eleições presidenciais de dezembro próximo, as candidaturas de Lavín e Lagos só têm diferenças de matizes, buscando ambas manter o sistema. Lavín é funcionário do pinochetismo, e Lagos candidato da Concertação por acordo de alternância com a Democracia Cristã, é o grande continuísta. Está pela preservação do papel determinante do capital transnacional e seus associados, respaldou a privatização da água potável, promove a da Codelco, se pronuncia pela volta de Pinochet.

Por que a Concertação, que exauriu o país durante 2 governos, poderia fazer algo diferente em um terceiro? O Chile necessita de transformações profundas e não de maquiagens. Necessita de um caminho diferente, que é o que oferece hoje a alternativa da esquerda que se reconstrói. Só transformações de fundo podem resolver a crise política na qual o país se debate, e a via é a ruptura democrática: um movimento nacional acima das barreiras institucionais, para impor mudanças políticas fundamentais a favor do Chile.

Avançamos na construção de uma alternativa ao neoliberalismo, porém hoje é prioritário acentuar seu caráter popular. Ocorreram lutas destacadas dos trabalhadores do setor público, dos portuários, dos universitários, do povo Mapuche. A esquerda e os comunistas obtiveram uma presença destacada na condução de federações universitárias e de ensino médio, e no movimento sindical e na CUT; o que contribui para criar condições para a estruturação de um movimento político e social por mudanças profundas.

Crescemos no plano da política eleitoral nas eleições de dezembro de 1997, alcançando os comunistas e a esquerda 7,5% dos votos; convertendo a esquerda em uma força política reconhecida no cenário político nacional. Estamos em um

momento de maiores possibilidades para o movimento popular, porém também de maiores exigências, pois hoje enfrentamos um mundo unipolar, e se fecharam os caminhos institucionais para as transformações, o que significa que o desenvolvimento da organização, consciência e luta das massas deve ser mil vezes maior.

A candidatura presidencial da esquerda representa um grande desafio nos marcos desta nova situação política, e tem importantes dimensões táticas e também de caráter estratégico, que vão muito além do 99. É a única que em seu programa e ação assume o desafio de romper com a herança ditatorial, criar um movimento organizado de oposição ao neoliberalismo e conquistar a democracia para o Chile.

A reconstrução da esquerda no Chile e sua candidatura formam parte também da recomposição da esquerda na América Latina e no mundo, com expressões como o processo aberto pelo presidente Hugo Chávez na Venezuela, o exemplo de dignidade de Cuba e seus êxitos nas difíceis condições de crise e bloqueio dos Estados Unidos, a possibilidade de um eventual triunfo nas eleições presidenciais no Uruguai, os avanços guerrilheiros e as negociações de paz na Colômbia, as greves e lutas sociais no Equador etc.

Ser de esquerda hoje, como no passado, é ser anticapitalista e antineoliberal, é lutar pelo socialismo. Ser de esquerda, particularmente no nosso país, é lutar por transformar o caráter do Estado, sem o qual toda transformação é inviável.

Os pactos da Concertação com a direita e o pinochetismo, ao reafirmar as políticas neoliberais, ao fazer ouvidos moucos às demandas sociais, ao distanciar-se o Parlamento dos problemas do povo, ao insistirem os órgãos de justiça – salvo raras exceções – em consagrar a impunidade para os violadores dos direitos humanos; conformaram a necessidade de constituir um poderoso movimento de massas que seja capaz de derrotar a repressão, a guerra psicológica do governo e impor a democracia.

Buscamos a ação conjunta dos mais amplos setores sociais para enfrentar a crise e o desemprego mediante um plano de emergência, com recursos fiscais extraordinários, que signifiquem gerar trabalho e entregar um auxílio real de desemprego que cubra a todos os demitidos do país. Para isso o aumento do gasto público deve ser substantivo, e o papel do Estado fundamental.

Existe dinheiro para isso. Está nos 10% das vendas do cobre que extrai a empresa estatal Codelco e que são repassados para as Forças Armadas, para compra de armas; nos 34 bilhões de dólares dos Fundos de Pensões; nos impostos que não pagam as transnacionais pela concessão para explorar o cobre; nas utilidades e cargos fixos que se apropriam as empresas hoje donas da energia elétrica, telefônicas, de gás e agora de água potável através das empresas sanitárias; com os bilhões de dólares que se arrecadariam se subisse alguns centavos o preço do cobre regulando minimamente a produção das transnacionais; nos quase 100 bilhões de dólares que ingressaram pela privatização de EMOS.

A esquerda propõe investir e gerar empregos vinculados à produção com maior valor agregado, expandindo e ampliando as empresas estatais, abrindo novas empresas nas regiões e comunas, atendendo às demandas de subvenção e ajuda creditícia e técnica das PYMES que incentivem a contratação de mão-de-obra.

Deve elevar-se a estabilidade no emprego garantindo pagamento justo das horas extraordinárias, congelando as demissões coletivas, retirando o projeto de lei do Protrac e estabelecendo em seu reimplante um seguro real de desemprego.

Há que apoiar os demitidos e trabalhadores em geral, indenizando aos usuários pelos danos ocasionados pelos cortes na energia elétrica, não autorizando alta de tarifas dos serviços básicos, administrando as dívidas de água potável e estabelecendo uma tarifa básica regionalizada nas zonas afastadas e empobrecidas, declarando moratória dos dividendos dos devedores hipotecários demitidos, suspendendo os despejos e execução de cobranças, administrando o pagamento de casa, água potável, luz, gás e outros serviços aos demitidos, mantendo sua condição de filiados à Fonasa com atendimento de saúde gratuito, apoiando as reivindicações dos comerciantes ambulantes e feirantes, eliminando a carga fixa das tarifas de serviços básicos e o financiamento compartilhado na educação pública.

De maneira particular, propomos que, atendendo ao caráter de catástrofe nacional que tem o drama do desemprego, destinem-se 2% do Orçamento Nacional que a Constituição estabelece nestes casos, para fazer frente à emergência.

Nos próximos meses, ganha importância vital a luta por um gasto público e orçamentário



Gladys Marín: resposta à crise

adequado para o ano 2000. O movimento social, encabeçado por suas organizações, em primeiro lugar a CUT, tem um grande desafio e uma grande responsabilidade na organização desta batalha.

Queremos que se convoque um plebiscito para decidir por uma Assembléia Constituinte e uma nova Constituição, que dê um fim ao binominalismo e ao papel tutelar das Forças Armadas, com um novo Código de Trabalho, descentralização efetiva do poder estatal, com autonomia real, atribuições e recursos financeiros para o desenvolvimento econômico e social das regiões e comunas, introduza o conceito de Estado plurinacional estabelecendo a autonomia do povo Mapuche, coloque fim à impunidade anulando a lei de anistia e julgando os responsáveis dos crimes cometidos pela ditadura, liberte os presos políticos, restitua os direitos de cidadania aos que estão privados deles devido à sua luta contra a ditadura, indenize aos exonerados, entregue o direito de voto aos chilenos que estão no exterior.

Postulamos que se recupere a soberania sobre nosso cobre, pondo fim à superprodução das transnacionais mediante o fim da legislação mineira entreguista e a cobrança de imposto pela exploração do subsolo, que se expanda e fortaleça a Codelco, terminando com o repasse de 10% das vendas de cobre às Forças Armadas, que se restabeleça o caráter de empresas públicas aos serviços de luz, água, gás e telefones, que se institua medidas para o acesso plural aos meios de comunicação de massa, particularmente à televisão.

Propomos redistribuir a renda, reajustando os soldos, salários e pensões mínimos, diminuindo o imposto para os alimentos, medicamentos, livros e materiais escolares, e produtos de primeira necessidade, eliminando a tarifa fixa da luz, água, telefone etc.; e o financiamento compartilhado da educação, resolver destinações diferenciadas nas universidades, reformulando o Orçamento Nacional de maneira a gastar mais em saúde, educação pública e moradia e menos em defesa.

Este é o caminho necessário, e também possível. A história assim o mostra. Para levar a cabo estas propostas, necessita-se de um potente movimento social e político que rompa a resistência do sistema e imponha avanços democratizantes legais ou de fato. Necessita-se, sobretudo, contar com um governo democrático do povo, tendo claro que "a conquista da democracia exigirá, no momento histórico, a mudança do caráter de classe do poder. As reformas que se podem alcançar serão sempre precárias. Triunfos provisórios com a reação atuando para liquidá-los. Nossa experiência demonstra que não basta conquistar o governo. É necessário que o povo conquiste e exerça a totalidade do poder".

Temos uma plataforma e uma política clara. Necessitamos trabalhá-las e debatê-las com as pessoas, convertê-las em expressão organizada de um movimento de esquerda, em consciência e luta coordenada de milhões a nível nacional. Ante a avalanche de recursos das candidaturas do sistema, colocamos a mística e o entusiasmo dos comitês de base, brigadas de propaganda, visitas de casa em casa, as reuniões nas férias e lugares de recreação.

Quem, contestando o sistema, fica à margem da participação política, deve entender que é necessário organizar-se e expressar de maneira ativa a contestação. Só poderemos mudar o sistema se todos os que o contestam atuarem unidos, por isso é que conclamamos à inscrição dos registros eleitorais aos jovens e a todos os não inscritos para votar pela esquerda em dezembro. Estamos convencidos que obteremos uma grande vitória em dezembro, alcançaremos uma boa votação, e a partir daí a organização da resistência do povo, na expressão coordenada da mobilização em escala nacional, e organização da esquerda em comitês através de todo o país.

*candidata presidencial da Esquerda, dirigente do PC do Chile

FORMAÇÃO

Salários e preços – polêmica antiga e ainda atual

UMBERTO MARTINS

A polêmica em torno das relações entre salário e preços é bem antiga na sociedade e no movimento operário. A obra de Karl Marx intitulada *Salário, Preço e Lucro* – que reproduz uma longa intervenção do autor nas sessões do Conselho Geral da Associação Operária Internacional, realizada entre os dias 20 a 27 de junho de 1865 – trata exaustivamente deste assunto.

Seu propósito era contestar os argumentos de que os trabalhadores deveriam renunciar à luta por reajustes salariais, a título de reposição de perdas ou por outra razão, pois tal movimento era inócuo e se revelaria, mais tarde, um contra-senso, uma vez que seu único resultado seria uma alta proporcional dos preços ou (o que vem a dar no mesmo) uma desvalorização da moeda, que na prática anularia o aumento nominal dos salários ao impor a depreciação real do poder aquisitivo dos mesmos.

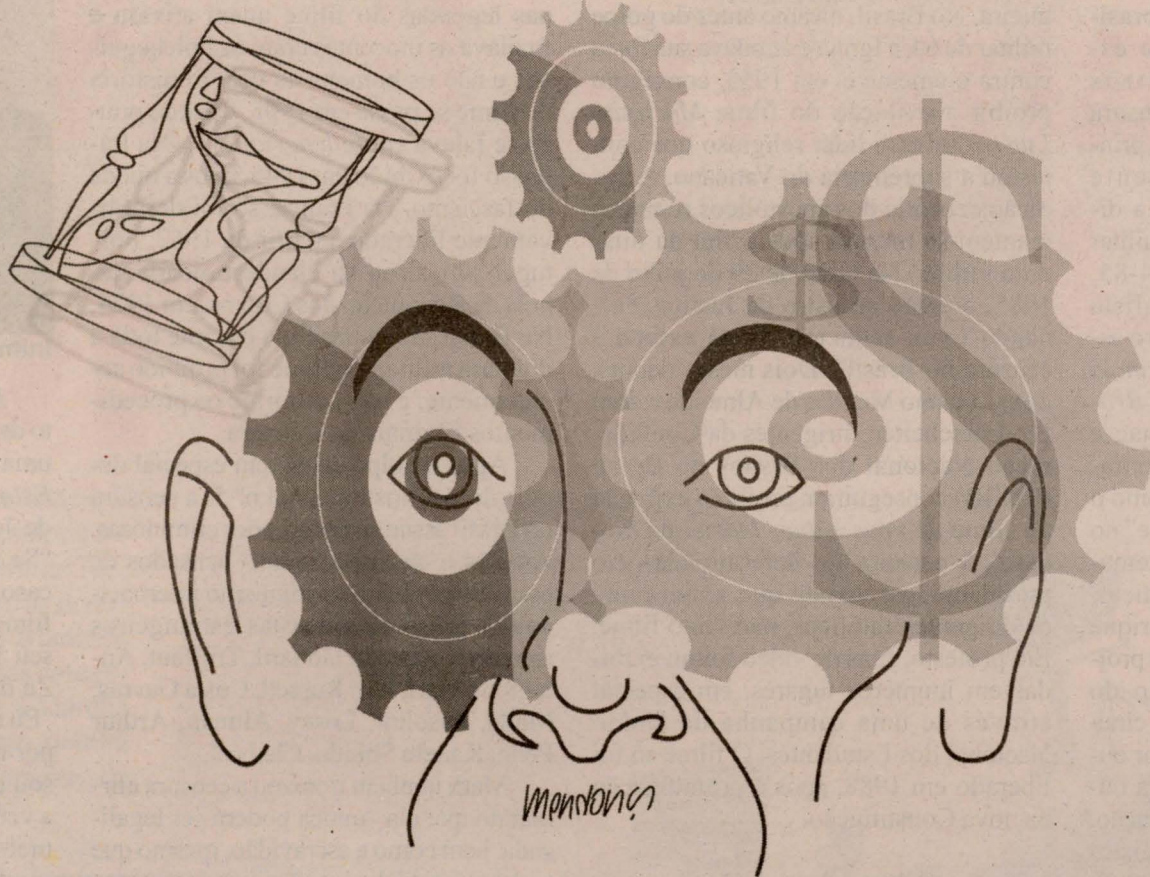
Interesses por trás da luta

Nas entrelinhas do debate, ficava evidente, já naquela época, que as posições assumidas a este respeito refletem, bem mais do que divergências científicas, os interesses que presidem a luta entre capital e trabalho. Ao lado disto, registra-se a força e hegemonia das idéias das classes dominantes sobre o movimento operário e suas lideranças. No momento em que Marx fez sua intervenção, a Europa presenciava “uma verdadeira epidemia de greves e um clamor geral por aumentos salariais”. O operário inglês John Weston acabara de defender perante a Associação a tese de que os trabalhadores não deviam lutar por aumentos salariais, uma opinião “profundamente impopular no seio da classe operária”.

Embora louvando a coragem moral de Weston, que “deve calar fundo em todos nós”, Marx fez uma contundente crítica ao conteúdo reacionário de suas idéias, mostrando que elas careciam de fundamentos científicos e históricos e, no fundo, apenas serviam aos interesses dos capitalistas, refletindo a reação destes ao movimento operário em curso na ocasião.

Recorrendo a diversos exemplos históricos, e destacando o aumento de salários ocorrido na Grã-Bretanha decorrente da Lei das Dez Horas e Meia (que reduziu a jornada de trabalho e foi promulgada em 1848), Marx mostrou que as premissas do “cidadão Weston” eram falsas.

A idéia de que aumento de salário gera inflação nunca passou de uma grande tolice. Em



Salário, Preço e Lucro, e em outros escritos, Marx observa que as oscilações de salários devem ser avaliadas sempre em relação aos lucros, pois na composição dos preços (levando em conta o novo valor agregado a uma determinada mercadoria) os elementos centrais são salários (ou o valor da força de trabalho) e lucros (que no mercado se subdivide em lucro industrial, financeiro – especialmente juros –, renda da terra, lucro comercial e – com maior peso nos dias de hoje – até certo ponto os impostos). Ou seja, aumentos salariais ocorrem de imediato em detrimento do lucro: se o operário logra um aumento, consegue, desta forma, reduzir a taxa de exploração do capital. Mesmo se a produção fosse uma grandeza constante (e evidentemente nunca foi), isto não implicaria necessariamente na alta dos preços, mas mudaria a proporção em que o produto se reparte entre salários e lucros.

Menos que besta de carga

Também com exemplos concretos e uma análise convincente, Marx revela a inconsistência da teoria monetarista, exposta no ponto de vista segundo o qual o aumento dos salários levaria a um crescimento da quantidade de dinheiro em circulação que – sem correspondência no aumento da produção – resultaria na desvalorização da moeda.

Marx afirma que, quando lutam por aumentos salariais e redução da jornada, “os operários não fazem mais que cumprir um dever para com eles mesmos e sua raça. Limitam-se a refrear as usurpações tirânicas do capital. O tempo é o campo do desenvolvimento humano. O homem que não

dispõe de nenhum tempo livre, cuja vida, afora as interrupções puramente físicas do sono, das refeições etc, está toda ela absorvida pelo seu trabalho para o capitalista, é menos que uma besta de carga. É uma simples máquina, fisicamente destroçada e espiritualmente animalizada, para produzir riqueza alheia. E, no entanto, toda a história da moderna indústria demonstra que o capital, se não se lhe põe um freio, lutará sempre implacavelmente e sem contemplações para conduzir toda a classe operária a este nível de extrema degradação.”

Na conclusão da intervenção, Marx propõe que a Associação adote três resoluções, uma das quais (a 2ª) sustenta que “a tendência geral da produção capitalista não é para elevar o padrão médio de salários, mas para reduzi-lo”. Os críticos de Marx argumentam que esta idéia foi desmentida pela história e, se levamos em consideração a situação atual dos trabalhadores na Europa (alvo das atenções do autor) e nos países mais desenvolvidos (ou melhor, imperialistas), é preciso convir que eles têm certa razão. Os valores reais dos salários cresceram e, sobretudo, a jornada de trabalho diminuiu, chegando hoje em alguns países a 35 horas semanais, quase a metade da que reinava na primeira metade do século passado.

Porém, a observação da história nos países economicamente dependentes, por exemplo o Brasil, revela uma realidade diferente. Por essas bandas, o arrocho dos salários e a precarização das condições e relações trabalhistas é uma verdade que o capital nos oferta com a força de uma fatalidade. Há uma explicação para

esta diferença, assim como para a diferença de valores da força de trabalho entre as nações-sede do imperialismo e a periferia do capitalismo.

Marx, como se sabe, não chegou a presenciar a história do imperialismo e, embora suas idéias sobre o processo de centralização do capital, aplicado num universo maior (mundial, não restrito a uma determinada economia nacional), conduzissem logicamente à idéia e previsão do mesmo, não perdeu tempo em imaginá-lo. Essa nova fase provocaria sensíveis alterações na evolução do sistema.

São muitos os fatores que presidem as oscilações dos salários e não se deve tentar enquadrá-los numa espécie de lei de bronze. No caso, a luta de classes do operariado e as pressões exercidas pelo socialismo soviético, por exemplo, têm muito a ver com a melhoria relativa dos salários e condições de vida dos trabalhadores nos países imperialistas.

O fundamento econômico dessa situação, e da brutal diferença de valores da mercadoria força de trabalho nesses dois distintos mundos, reside sobretudo na lógica da espoliação imperialista, que – como Lênin já observava há cerca de 80 anos – ampliou a capacidade de concessões do capital aos trabalhadores (nos centros) e possibilitou a criação do que ele classificou de aristocracia operária.

Desgraça e felicidade

É ainda (e hoje mais que nunca) o excedente extraído pelo capital estrangeiro nas economias dependentes, em benefício “democrático” da aristocracia operária, que a rigor financiam a diferença de padrão de vida e o relativo “bem-

estar social” usufruído nos centros do sistema, que, por sinal, diante da crise e do desemprego em massa, a burguesia planeja abolir, objetivo que só não logrou (até o momento) devido à enérgica resistência dos trabalhadores.

Aqui no Brasil aprendemos com revolta e amargor a realidade desta espoliação ao observar os bancos estrangeiros exibindo em seus balanços os fabulosos lucros auferidos dias atrás com a crise cambial e a máxi-desvalorização do real. Desgraça para uns, felicidade para outros. Uma humilhação imposta aos trabalhadores pelo capital estrangeiro, com a cumplicidade criminosa da burguesia nativa.

O fato é que, hoje, com a reivindicação de uma nova política salarial que garanta a reposição automática das perdas provocadas pela desvalorização da moeda, a polêmica em torno das relações entre salário, preço e lucro, voltou à ordem do dia. Por aqui, temos também os nossos Westons, os cidadãos que (provavelmente sem as qualidades morais do inglês com quem Marx debateu) representam e advogam as teses do capital a respeito deste tema no movimento operário. Os fatos mostram um contexto de queda real dos salários e desemprego em massa, de modo que, evidentemente, as eventuais altas de preços não podem ser atribuídas aos míseros rendimentos dos trabalhadores. Aliás, pela lógica dos Westons de hoje, a queda dos salários deveria provocar uma queda dos preços (ou deflação), o que também não está ocorrendo e por uma razão simples: qualquer que seja, a inflação que temos em vista e em perspectiva é uma expressão enviesada da espoliação imperialista que vitima em primeiro lugar os trabalhadores, o resultado de um brutal transferência de lucros (e riquezas) ao capital estrangeiro, que teve um ponto alto na máxi-desvalorização do real.

Passados mais de um século da primeira publicação de *Salário, Preço e Lucro*, as condições (inclusive das economias nacionais) são outras, muita água rolou desde então, mas a essência da luta entre capital e trabalho e dos interesses subjacentes à polêmica em questão ainda não mudou.

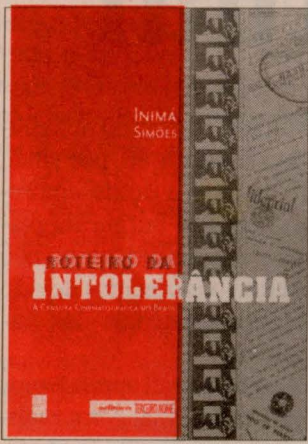
Atenção!
Excepcionalmente esta edição de A Classe Operária não está publicando a história da Luta pelo Socialismo, de Bernardo Joffily.

CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

É ainda (e hoje mais que nunca) o excedente extraído pelo capital estrangeiro nas economias dependentes, em benefício “democrático” da aristocracia operária, que a rigor financiam a diferença de padrão de vida e o relativo “bem-

A intolerância da censura

CARLOS POMPE



Milhares de processos registram a passagem de filmes brasileiros e estrangeiros pela Censura Federal, principalmente durante a ditadura militar de 1964-85.

O jornalista Inimá Simões pesquisou e registrou o assunto no livro *Roteiro da Intolerância – a censura cinematográfica no Brasil*. Publicada pelas editoras Senac e Terceiro Nome, a obra é um retrato trágico – e tristemente cômico – de como o obscurantismo imperou “legalmente” no Brasil e serve de alerta contra as tentativas de governantes calarem as críticas, como a recente, de Fernando Henrique Cardoso e seu PSDB, que pediram a proibição do programa de televisão do PCdoB. Embora centre o livro no cinema, o autor não se contém e, vez por outra, cita episódios de censura contra outras modalidades de arte e comunicação.

Inimá encontra um primeiro registro de censura cinematográfica em 1908. Um padre do Colégio Salesiano, em São Paulo, considera “impróprias” algumas passagens de um filme. O empresário Francisco Serrador, que patrocinava a exibição, propôs cortar os trechos “impróprios” e garantir a apresentação. Em 1912, o chefe de polícia do Rio de Janeiro proíbe a exibição de *A vida de João Cândido*. O filme narrava a vida de um marinheiro negro que liderou a Revolta da Armada contra os castigos impostos pela Marinha, movimento reprimido com sangue pelas autoridades militares da época. O “Almirante Negro” seria novamente vítima da censura nos anos 70, que impôs mudanças na letra de uma música em sua homenagem, de autoria de Aldir Blanc e João Bosco (*O mestre sala dos mares*). Em 1919, o filme *O crime de Cravinhos*, envolvendo a família Junqueira, de Ribeirão Preto (SP), foi censurado e depois liberado na capital paulista e em outros Estados – mas nunca passou na cidade de Ribeirão Preto.

O tripé da censura

“As três situações referidas, ou seja, a ameaça aos bons costumes contida na fita que o salesiano tentou impedir, a ofensa a uma instituição do Estado, no caso da Marinha de Guerra, e, finalmente, a invasão da privacidade de integrantes da elite econômica e social, configuram as fontes primárias, as bases do tripé que vai sustentar a censura aos filmes exibidos no Brasil até alguns anos atrás”, observa o autor.

A Igreja Católica Romana instituiu, em 1564, o *Index Librorum Expurgatorum Prohibitorum*, em vigor até 1960, onde condenava livros e autores à fogueira. No Brasil, mesmo antes do golpe militar de 64, a Igreja exercitava sua força contra o cinema e, em 1955, conseguiu proibir a exibição do filme *Martinho Lutero*, sobre o líder religioso que contestou a supremacia do Vaticano. A tradição censória dos apostólicos romanos mantém-se mesmo após o fim da ditadura militar. Na noite de 29 de julho de 1985, o então ministro da Justiça, Fernando Lyra, anunciou: “Está extinta a censura no Brasil”. Dois meses depois, dom Luciano Mendes de Almeida e dom Ivo Lorscheiter, dirigentes da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) conseguiram proibir a exibição do filme *Je vous salue, Marie*, de Godard. A censura foi determinada pelo presidente José Sarney, que, assim como os dirigentes católicos, não viu o filme. Em protesto, fitas de vídeo foram exibidas em inúmeros lugares, em especial através de uma campanha da União Nacional dos Estudantes. O filme só foi liberado em 1988, após a promulgação na nova Constituição.

Crimes de opinião

No século passado, Karl Marx escreveu que “uma lei de censura é uma impossibilidade, porque seu objetivo é punir, não ofensas, mas opiniões (...) é por isso que a administração da censura é confiada, não aos tribunais, mas à polícia”. Justamente buscando coibir opiniões, os governos brasileiros sempre tiveram especial esmero na censura a obras progressistas, em especial de comunistas. Em 1946, foi realizado o filme *24 anos de luta*, roteiro e texto de Astrojildo Pereira sobre a história do Partido Comunista, do qual ele foi um dos fundadores em 1922. Fotografado e dirigido por Rui Santos, o filme chegou a ser exibido no auditório da Associação Brasileira de Imprensa, no Rio de Janeiro, e no Cine São João, de São Paulo. Depois foi encaminhado para a Censura, onde desapareceu...



Filme de Zé do Caixão, censurado

A histeria anticomunista não é patrimônio dos obscurantistas brasileiros. Inimá opina que *O encouraçado Potemkin*, de Sergei Eisenstein, de 1925, é “talvez o filme mais censurado da história do cinema”. Em 1926, na Holanda, nas legendas do filme quem ativava e fuzilava os inocentes eram os bolcheviques e não os homens do czar (a história do filme se passa em 1905, quando pouco se falava em *bolcheviques*)... Na Itália, só foi exibido em 1945, após a queda do fascismo. Na França, só foi definitivamente liberado a partir de 1952. Portugal só o tirou da clandestinidade depois da Revolução dos Cravos, em 1974. No Brasil, ficou proibido durante toda a ditadura militar – o filme foi proibido secretamente, e não conforme os procedimentos normais da Censura.

Após o golpe de 64, em especial depois do Ato Institucional nº 5, a censura no Brasil assumiu proporções criminosas. Artistas e cineastas foram acusados de estar “a serviço do comunismo internacional”. Entre os cineastas estrangeiros acusados estavam Godard, Truffaut, Antonioni, Petri, Ken Russell, Costa Gavras, Malle, Pasolini, Losey, Altman, Arthur Penn, Kaneto Shindo, Chabrol.

Marx também ironizou a censura afirmando que ela “nunca poderá ser legalizada, bem como a escravidão, mesmo que tenha existido durante muito tempo como lei”. E mais: a censura “não é uma lei, mas uma medida policial, uma má medida policial, porque não consegue o que quer, nem quer o que consegue.” Talvez se pensasse nessas observações, o cardeal Agnelo Rossi, de São Paulo, não tivesse passado pelo constrangimento que viveu em 1966. Nesse ano, o cardeal pediu rigor da Polícia Federal contra filmes que solapavam “as bases cristãs da nacionalidade”, como *A hora e vez de Augusto Matraga*; *Deus e o diabo na terra do sol*; *Vereda da salvação*; *O santo milagroso*; *O pagador de promessas*; e *O padre e a moça*. O pedido teve repercussão negativa, e o cardeal mentiu, dizendo que não o fizera. Para não ficar desmoralizada, a Polícia Federal divulgou a carta assinada pelo cardeal. De fato, ele não conseguiu o que quis, e nem quis o que conseguiu...

Divulgação



Inimá: trabalho exaustivo

Roteiro da Intolerância está repleto de episódios assim grotescos. Em 1966, uma censora, esposa de militar, avaliando *Esta noite encarnarei no teu cadáver*, de José Mojica Marins, não se conteve: “Se não fugisse à minha alçada, seria o caso de sugerir a prisão do produtor”. O filme só foi liberado após a mudança de seu final: a cena em que o personagem Zé do Caixão, um ateu, morria gritando “Eu não creio. Não creio”, foi substituída por outra, em que na hora da morte passou a dizer “Deus, Deus... Sim... Deus é a verdade! Eu creio em tua força. Salva-me! A cruz, a cruz, padre...”

Mantendo a indignação, mas deixando o riso de lado, tais acontecimentos levaram a depoimentos como o do cineasta Fernando Coni Campos, ao apresentar *Ladrões de cinema*, em 1977: “Fiquei seis anos sem fazer nada, de 71 até agora. Fazer para quê? Para ficar enalacrado e ao mesmo tempo acumulando uma frustração tão grande? ... Eu pertencço a uma geração que se preparou para dar o seu recado, e de posse do domínio do seu instrumento se vê sem poder trabalhar.”

Inimá registra: “Nunca se conseguiu fazer um balanço definitivo dos estragos perpetrados pela censura cinematográfica, mesmo no período em que vigorou o AI-5. (...) A impossibilidade se revela quando o foco incide sobre cinematografias menos conhecidas, cujos filmes proibidos aqui não provocaram nenhuma repercussão, o que inclui documentários e filmes científicos produzidos no Leste europeu, por exemplo”.

Para enfrentar os censores, artistas, políticos e comunicadores valeram-se de inúmeros e criativos subterfúgios. Recursos que mesmo hoje são utilizados pois continua poderosa nos meios de comunicação a censura econômica, que cerceia notícias e opiniões contrárias ao pensamento dominante.

A leitura de *Roteiro da Intolerância* é, assim, um aprendizado. Como afirma uma canção de Milton Nascimento e Fernando Brant, “o que foi feito é preciso conhecer, para melhor prosseguir”.

IMPRESSO



CEP 01318-020 - São Paulo - SP
Rua Adoniram Barbosa, 53 - Bela Vista
Tel.: (011) 3104 4140
CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois
A CLASSE OPERÁRIA